



NAÇÕES UNIDAS
GUINÉ-BISSAU



RELATÓRIO ANUAL DAS NAÇÕES UNIDAS

GUINÉ-BISSAU



ÍNDICE

VISÃO GERAL

Prefácio do Coordenador Residente	4
Equipa de País da ONU	5
Principais parceiros de desenvolvimento do sistema de desenvolvimento da ONU no País	6
A Guiné-Bissau num relance	7

CAPÍTULO 1

Principais desenvolvimentos no país e contexto regional	8
---	---

CAPÍTULO 2

Apoio do sistema de desenvolvimento da ONU às prioridades nacionais de desenvolvimento através do Quadro de Cooperação	10
2.1. Visão geral dos resultados do Quadro de Cooperação	10
2.2. Prioridades, resultados e produtos do Quadro de Cooperação	11
Resultado 1: Governação Transformadora e Inclusiva, incluindo o respeito pelo Estado de Direito e a Manutenção da Paz	11
Resultado 2: Transformação Económica Estrutural, Desenvolvimento Sustentável e Crescimento Verde Inclusivo e Resiliente que não deixa ninguém para trás	22
Resultado 3: Desenvolvimento do Capital Humano	33

A desbravar terreno: A Revisão Nacional Voluntária (RNV) da Agenda 2030	48
2.3. Apoio às parcerias e financiamento da Agenda 2030	49
2.4. Coerência, eficácia e eficiência da ONU	50
2.5.1. Panorama financeiro	51

CHAPTER 3

Capítulo 3: Principais objectivos da UNCT para o próximo ano	52
--	----

ANEXOS

Intervenções da ONU e Recomendações UPR da Guiné-Bissau	19-30-47
---	----------

FOTOS

Agências das Nações Unidas, Sophie Pereira

ACRÓNIMOS

ABCDE	Vias Aéreas, Respiração, Circulação, Deficiência, Exposição
ACNUDH	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos [OHCHR]
ART	Tratamento antirretroviral
BCG	Bacilo Calmette Guerin
CDTO	Combate ao Tráfico de Drogas e Crimes Organizados Transnacionais
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CMICS	Centro de Informação e Comunicação Social sobre a Guiné-Bissau
CRAF	Quadro de Acção para a Resiliência às Alterações Climáticas (CRAFC)
CSP	Cuidados de saúde primários [PHC]
DPCF	Quadro de Coordenação dos Parceiros de Desenvolvimento
DPT	Difteria-Tétano-Tosse Convulsa
ENDA	Ambiente, Desenvolvimento e Acção no Terceiro Mundo
EPI	Epidemiológico
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População [UNFPA]
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAS	Grupo de Água e Saneamento
HLPF	Fórum Político de Alto Nível
IMC	Instituto da Mulher e da Criança
IPC	Prevenção e Controlo das Infeções
JAITF	Força Tarefa Conjunta de Interdição de Aeroportos
JP	Programa Conjunto
LQAS	Amostragem de garantia de qualidade do lote
MAG	Malnutrição aguda grave
MAM	Malnutrição aguda moderada
MGF	Mutilação genital feminina
MINSAP	Ministério
MJ	Ministério da Justiça
MMFSS	Ministério da Mulher Família e Solidariedade Social
NAM	Missão das Nações Unidas de Avaliação das Necessidades Eleitorais
NHA	Contas Nacionais de Saúde
NISP	Plano Estratégico Nacional Integrado
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

NISP	Plano Estratégico Nacional Integrado
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAM	Programa Alimentar Mundial
PBF	Fundo das Nações Unidas para a Consolidação da Paz
PEID	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento [SIDS - Small Island Developing States]
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDV	Plano Nacional de Distribuição e Vacinação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPM	Modelo de policiamento de proximidade
PVVIH	Pessoas que vivem com o VIH
RCEV	Registo Civil e Estatísticas Vitais [CRVS]
RCO	Gabinete do Coordenador Residente
SERP	Plano de Resposta Socioeconómica
SP-AQ	Quimioprevenção sazonal do paludismo
TES	Cimeira da Educação Transformadora
THR	Take Home Ration [Ração para levar para casa]
UHC	Cobertura Universal de Saúde
UNCT	Equipa de País das Nações Unidas
UNDAF	Quadro das Nações Unidas de Ajuda ao Desenvolvimento
UNDS	Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas
UN-HABITAT	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
UNIOGBIS	Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau
UNODC	Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime
UNOPS	Gabinete das Nações Unidas para os Serviços de Projetos
UNSDCF	Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
VNR	Revisão Nacional Voluntária
VSBG	Violência sexual e baseada no género [SGBV]

PREFÁCIO DO COORDENADOR RESIDENTE

Em nome da Equipa de País das Nações Unidas (UNCT) da Guiné-Bissau tenho a honra de apresentar o Relatório Anual 2022 do Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas 2022-2026 (UNSDCF). O relatório marca o primeiro ano de implementação do UNSDCF, assinado entre o Governo e o Sistema das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDS). Mostra o trabalho colectivo das agências, fundos e programas da ONU que trabalham em estreita colaboração com parceiros do Governo, sociedade civil e comunidades da Guiné-Bissau e parceiros da comunidade internacional para cumprir a promessa de não deixar ninguém para trás e alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Reflecte as realizações e os desafios partilhados pela ONU na Guiné-Bissau.

O ambiente operacional em 2022 foi marcado por desafios significativos. A guerra na Ucrânia e o aumento global da inflação exerceram uma pressão histórica sobre os preços dos alimentos, combustíveis e fertilizantes, exacerbando a recuperação desigual da pandemia da COVID-19. Apesar destes desafios, o sistema das Nações Unidas na Guiné-Bissau manteve-se firme no seu compromisso de apoiar o País na realização dos seus

objectivos de desenvolvimento sustentável.

Enquanto guia dos nossos programas de desenvolvimento colectivo no país, o UNSDCF define três áreas estratégicas prioritárias. Encorajo-vos a prestar atenção à forma como as agências, fundos e programas das Nações Unidas têm actuado no âmbito destas áreas de resultados:

- 1. Governação transformadora**, em que o país assistiu a uma melhoria do quadro institucional e das capacidades humanas dos intervenientes estatais e nacionais.
- 2. Transformação económica resiliente e inclusiva**, em que o país assistiu a uma melhoria das práticas agrícolas e a uma redução da vulnerabilidade devida à insegurança alimentar.
- 3. Desenvolvimento do capital humano**, na qual as principais intervenções da ONU em 2022 foram eficazes para melhorar as competências e a colaboração com os parceiros locais, a ONU realizou progressos significativos em vários domínios, incluindo a saúde, a educação e os serviços sociais.

A Guiné-Bissau fez progressos significativos nos seus esforços para alcançar os ODS, apesar de enfrentar vários desafios, tais como tensões políticas, governação fraca e recursos

limitados. A primeira Revisão Nacional Voluntária (RNV) liderada pelo governo em 2022 proporcionou uma oportunidade para fazer um balanço do progresso do país, identificar lacunas e desafios e priorizar acções para alcançar os ODS, lembrando as muitas ligações entre a Agenda 2030 e as obrigações de direitos humanos da Guiné-Bissau. A ONU continuará a apoiar o Governo na implementação de recomendações para a realização acelerada dos ODS. Olhando para 2023, a Equipa de País da ONU continuará a concentrar-se na implementação do UNSDCF de forma a promover abordagens integradas para alcançar os ODS e, ao mesmo tempo, apoiar os esforços da Guiné-Bissau no sentido de cumprir os seus compromissos em matéria de direitos humanos, tendo também em conta o 75 aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A atenção prioritária será dada aos programas aceleradores dos ODS com impactos catalíticos e transformadores nas comunidades vulneráveis, incluindo os meios de subsistência, a igualdade de género, os direitos humanos e as desigualdades. Os nossos esforços em matéria de parcerias de colaboração e mobilização de recursos serão revigorados. Serão também melhor explorados os fluxos de financiamento inovadores e as parcerias catalisadoras.

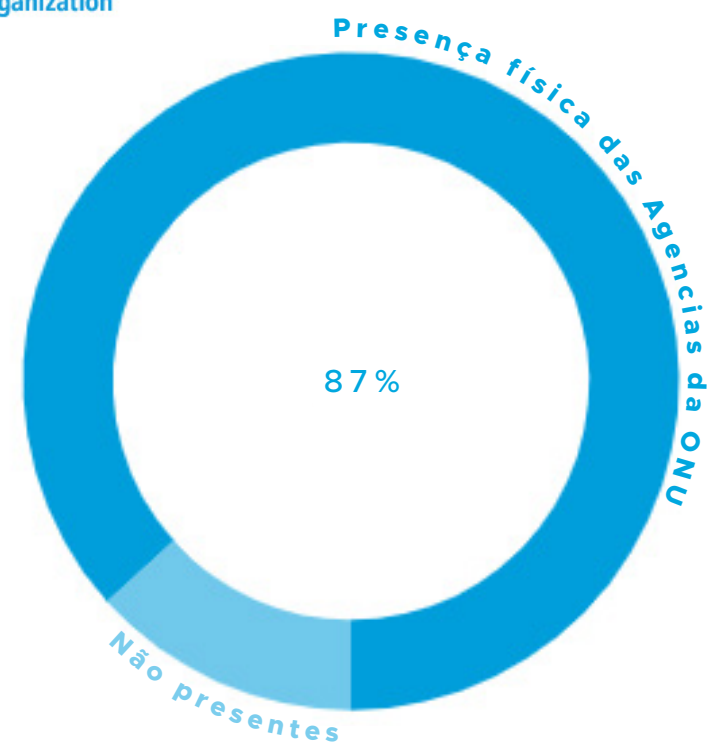


COORDENADOR RESIDENTE NA GUINÉ-BISSAU

Sr. Anthony Ohemeng-Boamah

Coordenador Residente das Nações Unidas na Guiné-Bissau

EQUIPA DE PAÍS DA ONU



A Equipa de País das Nações Unidas (UNCT) é o sistema de coordenação e de tomada de decisões entre agências para todas as questões relacionadas com o planeamento estratégico, as posições políticas, a programação conjunta e a gestão operacional das Nações Unidas. O sistema está sob a orientação e a direção do Coordenador Residente da ONU, apoiado pelo Gabinete do Coordenador Residente. A UNCT lidera a coordenação, o planeamento estratégico, a execução, o acompanhamento, a elaboração de relatórios, as análises e a avaliação dos progressos realizados no âmbito do quadro de cooperação. A equipa é composta por 13 agências, fundos e programas residentes e não residentes da ONU. Duas instituições financeiras internacionais, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, também participam na UNCT.

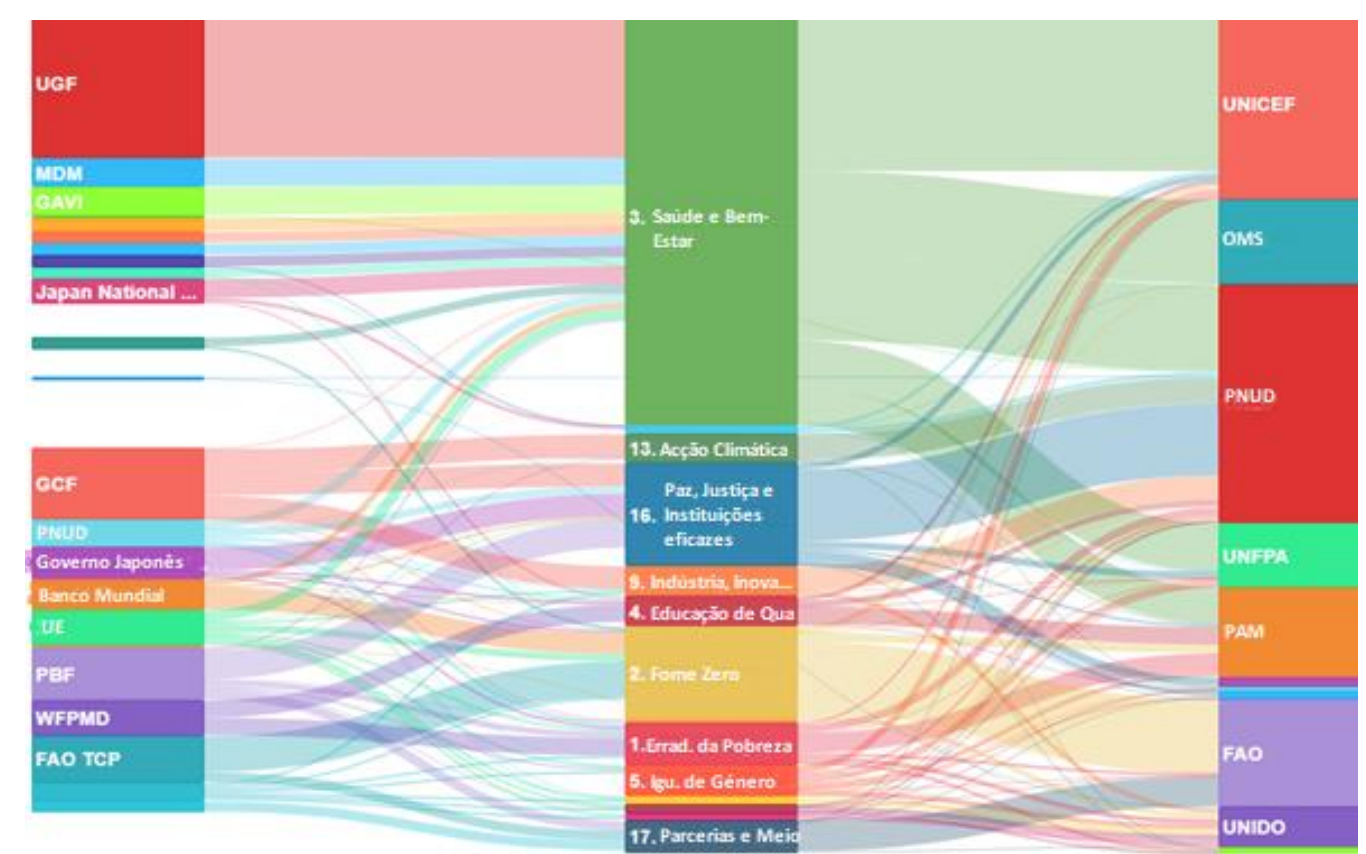
PRINCIPAIS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DA ONU NO PAÍS

A teoria da mudança do UNSDCF pressupõe uma estrutura de governação robusta, com instituições estatais sólidas e duradouras e um aparelho funcional como condição prévia para investimentos que gerem meios de subsistência dignos, garantam o acesso a serviços básicos e assegurem melhores resultados em termos de bem-estar para todos os cidadãos. Os parceiros de desenvolvimento desempenham papéis diferentes, mas complementares, para garantir este resultado e reforçar as operações essenciais do Governo a todos os níveis para um funcionamento eficaz ao serviço

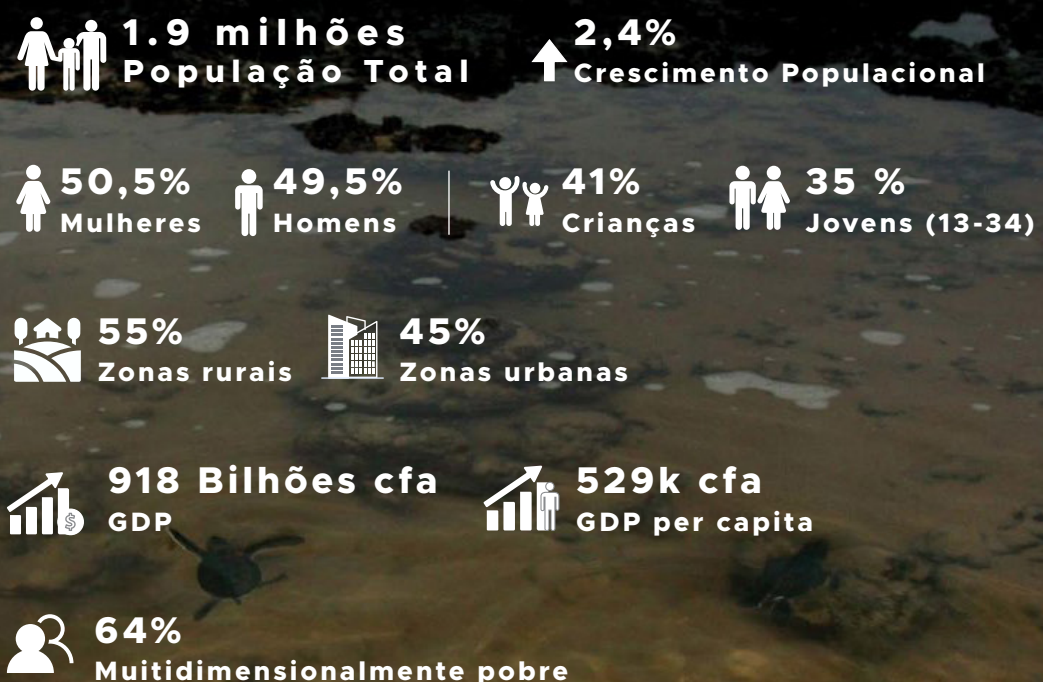
dos seus cidadãos. Os principais parceiros de desenvolvimento incluem o Governo da Guiné-Bissau, instituições financeiras internacionais, governos e organizações doadoras, organizações da sociedade civil, agências não governamentais, o sector privado e o meio académico. Em 2022, a UNCT mobilizou 91 milhões de dólares americanos. Entre os principais doadores contam-se o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Islâmico de Desenvolvimento, a União Europeia, o Governo de Espanha, o Governo do Japão e a Fundação Bill & Melinda Gates.

UNCT COMPOSITION

Alavancar os investimentos da ONU para fazer avançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável



A GUINÉ-BISSAU DE RELANCE



CAPÍTULO 01

PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS NO PAÍS E CONTEXTO REGIONAL

O ambiente político e de segurança, embora frágil, manteve-se estável. Em Fevereiro de 2022, um golpe de Estado frustrado a relativa estabilidade registada desde a nomeação do novo Governo em 2020. As consequências do golpe levaram à convocação de uma Cimeira Extraordinária da CEDEAO em 25 de Março de 2022. A Cimeira aprovou a Missão de Apoio à Estabilização da CEDEAO na Guiné-Bissau (ESSMGB), uma força de 771 militares destacada em Abril de 2022. O mandato da ESSMGB consiste em apoiar a estabilidade no país durante um ano e é renovável.

Em Maio de 2022, o Presidente Embaló exerceu o seu poder constitucional de dissolver o Parlamento. Após consultar os partidos políticos e os actores da sociedade civil, a data das eleições legislativas antecipadas foi remarcada de 18 de Dezembro de 2022 para 4 de Junho de 2023. Os preparativos para as próximas eleições estão actualmente em curso. Notavelmente, o Governo comprometeu-se a financiar 70% das eleições a partir do seu orçamento nacional, o que constitui um marco importante.

Os parceiros concordaram em mobilizar recursos para cobrir o custo restante. O recenseamento dos eleitores começou lentamente, mas foi retomado mais tarde, depois de o prazo ter sido prorrogado. Consequentemente, registou-se um número recorde de inscrições.

Depois de atingir um valor estimado de 6,4%

em 2021, impulsionada pelo aumento do nível de colheita de caju, a expansão da actividade económica abrandou para 4,7% em 2022[1]. O crescimento permaneceu abaixo do seu potencial. O nível recorde de aumento da produção de caju não se traduziu totalmente no forte crescimento económico esperado em 2022, devido ao desempenho variável das exportações, em função de uma série de factores internos e externos, incluindo problemas com a Maersk, uma queda nos preços internacionais e uma redução da procura da Índia e do Vietname, os principais destinos de exportação. O investimento de capital, incluindo infraestruturas, consumo privado e exportações líquidas, tem sido o principal motor do crescimento do lado da despesa. O crescimento global após a pandemia tem sido ligeiramente melhor do que a média regional.

A recuperação económica permaneceu fraca na redução da pobreza; no entanto, embora a pobreza extrema tenha diminuído ligeiramente em relação aos seus níveis pré-pandémicos, o ritmo de redução abrandou globalmente. O crescimento do rendimento per capita, que foi, em média, de 1,5% em 2022, comparado com -0,7% após a pandemia em 2020, foi insignificante face à taxa de crescimento da população de 2,4% e muito inferior ao nível pré-pandémico de crescimento do PIB per capita de 2,3%. O Banco Mundial estima que cerca de 4 000 pessoas escaparam à pobreza extrema em 2022, em comparação com 14 000 pessoas em 2021[2]. O ritmo lento da redução

1 Ministério das Finanças. Orçamento para 2023

2 Banco Mundial (2023). Actualização económica da Guiné-Bissau: Macroeconómico, género e educação.

da pobreza foi impulsionado pelas pressões inflacionistas decorrentes das repercussões da guerra na Ucrânia, que atingiram um pico de 7,2% em 2022, muito acima do objectivo de convergência regional de 3%, resultando no aumento dos preços dos alimentos e dos combustíveis, com implicações no consumo das famílias. Os choques externos agravaram as dimensões não relacionadas com o rendimento das privações, incluindo a saúde, a educação e as condições de vida. O número de pessoas com insuficiência alimentar aumentou dos 0,6 milhões de 2020 para 0,7 milhões em 2022[3].

Embora se tenham registado progressos na luta contra a COVID-19, os riscos de exposição a novas variantes altamente infecciosas continuam a ser elevados. O número de mortes e casos confirmados continuou a diminuir, graças à crescente disponibilidade de vacinas. No entanto, o nível de vacinação, que aumentou em 2021, aparentemente estagnou em 2022, ficando aquém da média africana. Desde Março de 2020, registaram-se 8947 casos confirmados de COVID-19, com 176 mortes comunicadas à Organização Mundial da Saúde (OMS). Até 4 de Dezembro de 2022,

tinham sido administradas um total acumulado de 673091 doses de vacina. Em 2022, foram 2375 os casos notificados, sendo administradas mais de 149436 doses de vacina contra a COVID, 65450 das quais foram administradas a homens e 83986 a mulheres.

De um modo geral, registam-se tendências promissoras. Mais notavelmente, a Guiné-Bissau realizou a sua primeira Revisão Nacional Voluntária com recomendações para acelerar o progresso em direcção à realização da Agenda 2030 e dos ODS. O Governo fez progressos significativos na implementação de reformas fiscais, aumentando a credibilidade junto dos parceiros e potencialmente desbloqueando financiamento adicional para as suas prioridades de desenvolvimento. O Programa de Monitorização do Pessoal foi implementado com sucesso, desbloqueando o acesso ao financiamento a longo prazo em condições favoráveis através da Facilidade de Crédito Alargada do FMI. O país ratificou o Acordo de Comércio Livre Continental Africano, tornando-se o 44 Estado-Membro a aceder a um mercado regional de 1,3 mil milhões de pessoas.

3 <https://hungermap.wfp.org/>

4 <https://covid19.who.int/region/afro/country/gw>



CAPÍTULO 02

APOIO DO SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DA ONU ÀS PRIORIDADES NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS DO QUADRO DE COOPERAÇÃO

2.1. Visão geral dos resultados do Quadro de Cooperação

O Sistema das Nações Unidas na Guiné-Bissau, representado pelo Coordenador Residente, e o Governo da Guiné-Bissau, representado pela Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e Comunidades, assinaram o Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UNSDCF) 2022-2026 em Agosto de 2021.

A nova geração do Quadro de Cooperação substitui o

UNDAF alargado 2016-2020, que expirou em Dezembro de 2021. O documento é fruto de consultas alargadas, incluindo o Governo, a sociedade civil e os intervenientes do sector privado.

O UNSDCF apresenta três prioridades estratégicas: governação transformacional; transformação económica estrutural, crescimento inclusivo e ecológico; e desenvolvimento do capital humano. As prioridades interligadas e interdependentes estão organizadas em torno de três resultados estratégicos, 20

produtos e 18 indicadores de resultados. A estratégia está estreitamente alinhada com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2020-2023 e os 17 ODS. Procura integrar os princípios de não deixar ninguém para trás, a igualdade de género e o empoderamento das mulheres e uma abordagem baseada nos direitos humanos.

No contexto da transição, integra as oito prioridades de consolidação da paz adoptadas entre o Governo e as partes interessadas no prelúdio do encerramento do UNOGBIS em Dezembro de

Agenda 2030



Resultados do UNSDCF

Até 2026, a população da Guiné-Bissau goza de uma melhor governação democrática, paz e Estado de direito e as suas necessidades básicas são satisfeitas

Até 2026, a Guiné-Bissau terá alcançado uma transformação económica estrutural impulsionada por uma capacidade produtiva reforçada, pelo acréscimo de valor, pela economia azul e pelo crescimento verde inclusivo que não deixa ninguém para trás, ao mesmo tempo que capitaliza as características dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) e assegura a utilização sustentável e a protecção dos recursos naturais

Até 2026, a população da Guiné-Bissau, especialmente a mais vulnerável, terá um acesso a e o usufruto acrescido e equitativo de serviços sociais essenciais de qualidade, incluindo em situações de emergência

Objectivos estratégicos do PND ODS

Objectivo estratégico 1



Objectivos estratégicos 2, 3 e 6



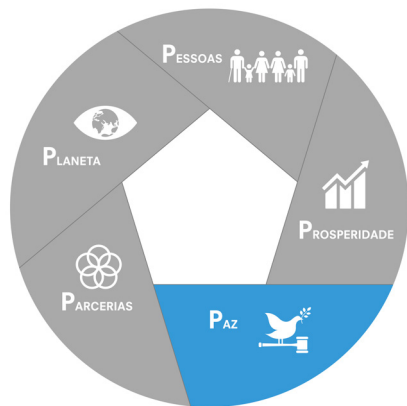
Objectivos estratégicos 4 e 5



2020. Enquanto principal veículo de apoio da ONU, integra também as principais prioridades do Plano de Resposta Socioeconómica (SERP) contra a COVID-19 adotado pela UNCT em 2021.

Em 2022, o UNSDCF estava no seu primeiro ano de implementação, com 13 entidades

residentes e não residentes do sistema das Nações Unidas. Em 2022, foi elaborado um plano de trabalho conjunto bianual para 2022 e 2023. Este relatório apresenta os progressos alcançados na melhoria da vida e do bem-estar do povo da Guiné-Bissau ao nível dos resultados e produtos.



2.2. PRIORIDADES DO QUADRO DE COOPERAÇÃO, RESULTADOS E REALIZAÇÕES

GOVERNAÇÃO TRANSFORMADORA E INCLUSIVA, QUE INCLUI O RESPEITO PELO ESTADO DE DIREITO E A MANUTENÇÃO DA PAZ

Os resultados da ONU em 2022 foram avaliados em relação às metas dos ODS e ao financiamento registado através da plataforma UN INFO. Em 2022, em parceria com as autoridades e os parceiros nacionais, incluindo a sociedade civil e as organizações não governamentais (OSC e ONG), o plano de trabalho conjunto do Resultado Um orçamentou \$US 7 milhões para 2022.

Os parceiros, incluindo os principais doadores, disponibilizaram 6 milhões de dólares, dos quais foram executados US\$ 4 milhões, o que representa 67% do montante recebido.

O Sistema das Nações Unidas utilizou o seu

papel de catalisador e as suas vantagens comparativa para apoiar o Governo, as organizações da sociedade civil, o sector privado, o meio académico e outras partes interessadas importantes no reforço do Estado e de outros quadros institucionais nacionais, a fim de contribuir para a criação de um ambiente favorável ao diálogo político, à participação dos cidadãos no estabelecimento de uma paz sustentável e ao reforço das capacidades de luta contra a impunidade e a corrupção, de modo a garantir o Estado de direito.

Estas realizações continuam a lançar as bases para progredir no sentido da concretização do resultado até 2026.

PRODUTO 1.1



O quadro institucional e as capacidades humanas e operacionais do Estado, dos intervenientes não estatais e dos agentes de mudança são reforçados para apoiar uma mudança transformacional e societal a favor da governação democrática e para responder às necessidades de todos os cidadãos.

Com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Consolidação da Paz e em parceria com a Escola Nacional de Administração do Governo, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) concebeu e desenvolveu a capacidade de jovens homens e mulheres para formar uma rede de jovens líderes como agentes de mudança nas áreas da democracia participativa e da liderança empresarial no país.

O sistema das Nações Unidas, através de acções de formação, reforçou a capacidade de 27 funcionários, incluindo quatro mulheres de vários ministérios, para redigir relatórios destinados aos vários comités que supervisionam a aplicação dos tratados de direitos humanos ratificados pela Guiné-Bissau. Em consequência, dois grupos de trabalho iniciaram a elaboração do primeiro relatório de sempre para o Comité dos Direitos Humanos (sobre os direitos civis e políticos) e para o Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais sobre os progressos da Guiné-Bissau, este último com base no trabalho realizado para o RNV.



jovens para identificar os desafios enfrentados pela participação dos jovens na manutenção da paz e do processo democrático no país. Consequentemente, as agências da ONU incorporaram as vozes dos jovens numa estratégia e agenda nacional para a juventude, criando um Fórum Político da Juventude. A plataforma permite que os jovens contribuam para a construção da paz, a governação democrática e a paz sustentável através de

uma combinação de diálogos, seminários de formação e workshops.

Utilizando uma metodologia de Planeamento Participativo de Base Comunitária (PPBC), o Programa Alimentar Mundial (PAM) e o PNUD trabalharam e reuniram-se com as comunidades, parceiros e governos locais para analisar e gerar conjuntamente um plano prático para reforçar a resiliência das comunidades



US\$ 7 milhões
Resultado Um da ONU
plano de trabalho orçado para 2022



US\$ 6 milhões
fornecidos por parceiros e
principais doadores



67%
usado para alcançar principais
resultados relatados

(Cufada, Tira-camissa e Madina Atché), mitigar os conflitos que surgem e informar o próximo Fórum de Diálogo com as Autoridades Sectoriais e Regionais. A mesma metodologia será implementada em 14 outras comunidades em Quinará, Gabú e Cacheu.

A adopção e implementação de uma Agenda Conjunta para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável resultou no desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Territorial para a comunidade de Pelundo, que garantiu que os recursos da terra fossem utilizados de forma sustentável e que os limites da comunidade fossem claramente definidos para evitar conflitos. A comunidade desenvolveu um plano e regulamentos de apoio, incluindo as Leis Consuetudinárias de Planeamento Fundiário e a Directriz para a Demarcação e Planeamento Participativo de Terras Comunitárias, que foram finalizados para adopção.

O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT) formou técnicos da Direcção Geral de Geografia e Cadastro do Ministério das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo, melhorando assim as suas competências técnicas para gerir e analisar dados espaciais para planeamento e tomada de decisões a nível nacional.

PRODUTO 1.2



Criação de um ambiente propício ao diálogo político e interpartidário, à agenda das principais reformas e ao envolvimento dos cidadãos, com a participação de jovens, mulheres e grupos vulneráveis, para manter a paz.

Para promover processos de revisão constitucional mais participativos e inclusivos, a ONU prestou assistência técnica e financeira para as consultas e revisão das propostas à Assembleia Nacional da Guiné-Bissau e facilitou o diálogo entre diferentes partidos políticos e grupos da sociedade civil no processo de desenvolvimento do projecto para o novo texto da Constituição.

O papel da sociedade civil no acompanhamento das principais reformas, nomeadamente no domínio da administração pública, foi igualmente reforçado. Graças ao apoio das Nações Unidas, os grupos da sociedade civil ficaram melhor equipados para acompanhar e comunicar as reformas sistémicas, contribuindo para uma maior transparência e responsabilização.

Para promover o jornalismo independente e reforçar a capacidade de informação dos jornalistas, a ONU apoiou a formação de

jornalistas do Centro de Media e Informação da Guiné-Bissau (CMICS) em matéria de informação sobre as reformas institucionais sistémicas do governo, permitindo aos jornalistas formados fornecer informações mais precisas e objectivas ao público.

Com contribuições do PBF, o PNUD apoiou o Instituto Nacional de Estudos e Investigação, a Biblioteca Nacional da Guiné-Bissau e a Associação Guineense de Documentalistas, Arquivistas e Bibliotecários com novo equipamento digital para preservar a História do país. O equipamento digital de alta tecnologia e o portal em linha correspondente ajudarão a salvaguardar e preservar os arquivos nacionais e os documentos do património histórico do país. O apoio possibilitará a digitalização de 120 000 documentos, 3 000 imagens fotográficas, 8 000 filmes negativos e 4 000 microfiches, não só preservando o rico património cultural do país, mas também o tornando mais acessível ao público.

A ONU usufruiu o seu poder de convocação para apoiar a conclusão do acordo bilateral entre a Assembleia Nacional da Guiné-Bissau e o Parlamento português (2019-2022). Para finalizar o acordo, o PNUD apoiou as

disposições logísticas para reunir o pessoal em Bissau e Lisboa. Esta parceria entre os dois parlamentos inclui a formação de pessoal para melhorar os canais de comunicação e reforçar o Gabinete do Cidadão, entre outros aspetos. A assistência irá aumentar a transparência e melhorar a comunicação da Assembleia Nacional Popular (ANP).

PRODUTO 1.3



Reforço dos processos políticos inclusivos, incluindo um ciclo eleitoral justo e transparente e um panorama mediático forte e independente.

Em 2022, a ONU reforçou o sistema governamental de registo civil e as estatísticas vitais, melhorando os mecanismos/sistemas de recolha de dados. O “modelo de balcão único” que integra os serviços de registo de nascimento no sector da saúde foi apoiado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Ministério da Justiça acordou um roteiro claro para digitalizar os serviços de registo de nascimento até ao final de 2023. No período

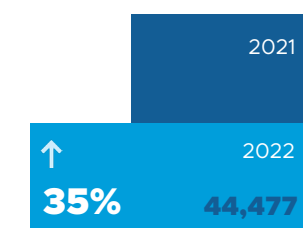
abrangido pelo presente relatório, foram registadas 44.477 crianças (dos 0 aos 17 anos), 17.375 das quais em 37 unidades de saúde, como hospitais e centros de saúde. O registo nestas instalações de saúde está directamente relacionado com os esforços para estabelecer a interoperabilidade com o sector da saúde. A UNICEF apoiou ainda o Ministério da Justiça na integração do registo de nascimento numa iniciativa móvel de sensibilização da justiça comunitária. Os serviços de registo civil forneceram dados em tempo real sobre as crianças registadas, desagregados por região, género e faixa etária, utilizando soluções digitais.

Foram implementados esforços de mobilização social e comunitária para assegurar o registo de nascimento de crianças, especialmente em comunidades remotas e de difícil acesso. Através da iniciativa conjunta “Justiça Móvel” da UNICEF/PNUD, 1.831 crianças em todas as regiões beneficiaram do registo civil. Isto foi feito em coordenação com parceiros nacionais e internacionais reforçados, o Comité Nacional do RCEV e o Comité de Pilotagem para a Digitalização. Esta iniciativa está a aumentar o acesso à justiça e a descentralizar os serviços de informação e justiça para áreas muito remotas, particularmente



37

Centros de Saúde



Crianças Registadas 0-17 anos



17,364

Crianças Registadas 0-7 anos



1,831

Crianças Registadas Candonga da Justiça

para os grupos mais vulneráveis. A assistência técnica da UNICEF ao Ministério da Justiça permitiu a criação de um mecanismo de coordenação entre os parceiros de desenvolvimento, que reviram o roteiro e as principais prioridades para testar e aumentar a digitalização dos registos de nascimento.

Além disso, foi instituído o desenvolvimento de um sistema operativo digital para a modernização do registo civil. Este sistema permitiu que 45 centros de registo utilizassem o software de registo civil e digitalizassem os seus livros de registo de nascimento. Globalmente, estas medidas resultaram numa melhoria significativa do sistema de registo civil, que é essencial para proteger os direitos e o bem-estar das crianças.

PRODUTO 1.4

Melhoria do acesso a serviços de justiça de qualidade, especialmente para as pessoas vulneráveis, e promoção dos direitos humanos e da igualdade de género

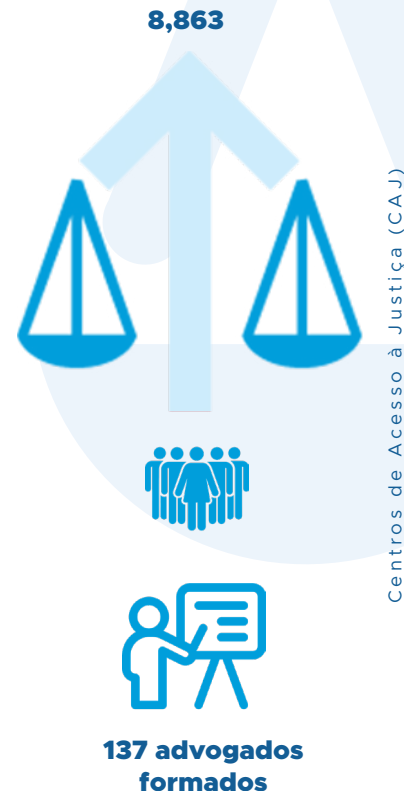
As actividades implementadas pela ONU na Guiné-Bissau em 2022 resultaram num aumento das capacidades e do acesso à justiça, ao apoio jurídico, aos direitos humanos e à igualdade de género.

O PNUD apoiou tecnicamente o funcionamento dos Centros de Acesso à Justiça (CAJ) no país. A revisão da padronização de técnicas e procedimentos dos CAJ aumentou as capacidades dos centros para garantir o acesso à justiça para mais pessoas, especialmente as comunidades mais vulneráveis. Neste sentido, 8.863 utentes em todo o país acederam aos serviços dos CAJ em 2022.

O PNUD apoiou a Ordem dos Advogados da Guiné-Bissau na formação de 137 advogados (35 mulheres). O projecto aumentou o número de advogados qualificados que podem prestar serviços jurídicos às populações vulneráveis nos CAJ. O PNUD também apoiou quatro acções de formação sobre aspectos jurídicos, como o branqueamento de capitais e a recuperação de activos, realizadas pelo Centro de Formação Judiciária (CENFOJ). Mais de 80 juízes e funcionários do sistema judicial participaram na formação, contribuindo para a criação de capacidades institucionais para a realização do seu trabalho nos sectores da justiça e da segurança.

O programa conjunto UNICEF/FNUAP fez avançar os progressos no sentido da eliminação da mutilação genital feminina (MGF) através da mobilização social e da capacitação de raparigas e mulheres. A implementação de oito redes de apoio a sobreviventes de violência sexual e baseada no género (VSBG), compostas por 276 profissionais, aumentou a disponibilidade de serviços para sobreviventes de VSBG. A adopção do Plano Estratégico Nacional para os Direitos Humanos na Guiné-Bissau pelo Conselho de Ministros, cuja redação foi apoiada pelo sistema das Nações Unidas, contribuiu para reforçar a protecção dos direitos humanos e aumentar a disponibilidade de mecanismos de defesa dos direitos humanos no país. O sistema da ONU advogou a favor e apoiou a realização de reuniões e workshops entre entidades do Estado e organizações da sociedade civil para finalizar o primeiro Plano Estratégico e Plano de Acção dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau, que está a ser divulgado nas oito regiões do País.

A UNICEF apoiou a coordenação de 37 instituições do Estado e organizações da sociedade civil na implementação de um mecanismo coordenado de notificação de incidentes



A CARRINHA DA JUSTIÇA MÓVEL

A Justiça Móvel foi um teste desenvolvido pelo Laboratório de Aceleração do PNUD que integrou o Registo Civil e a Assistência Jurídica numa carrinha, que se deslocou às aldeias mais remotas do país para prestar serviços jurídicos aos cidadãos.

A carrinha da Justiça Móvel era composta por uma equipa multisectorial que integrava o PNUD, o Ministério da Justiça, o Centro de Acesso à Justiça (CAJ), a Casa da Justiça, a UNICEF, a Saudigitos e foi financiada pelo Japão.

O OBJECTIVO DA JUSTIÇA MÓVEL

- O acesso à justiça é um direito humano e está abrangido pelos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.
- In Guinea-Bissau, the last 2019 MICSreport published, showed that only 46% children were registered.
- A grande maioria da população que não tem acesso à Justiça alega que o principal motivo é a falta de recursos financeiros.
- Levar a Justiça aos cidadãos significa, portanto, quebrar essa barreira.

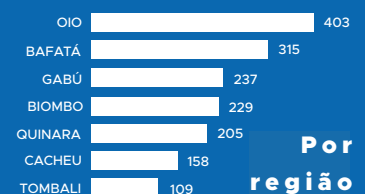
07 Regiões Visitadas

27 Aldeias remotas Visitadas

07 Staffs necessários por região

1 656 Pessoas registadas

1 315 Pessoas receberam assistência jurídica





PRODUTO 1.5

É promovida uma cultura de independência e integridade em todo o sistema judicial, incluindo o reforço dos mecanismos de supervisão e de responsabilização, e são apoiadas as reformas do sector da segurança e das autoridades responsáveis pela aplicação da lei, a fim de reduzir a impunidade e lutar contra o tráfico de droga e o crime organizado transnacional e prevenir o extremismo violento.

A ONU continuou a apoiar os esforços do Governo da Guiné-Bissau para reforçar a prevenção e a luta contra a corrupção, definindo uma política nacional contra a corrupção - a Estratégia Nacional Anticorrupção desenvolvida com o apoio da ONU e aprovada pelo Governo em Abril de 2022. Para promover uma cultura de integridade em todo o sistema de justiça criminal, nove formadores da Polícia Judiciária e da Procuradoria-Geral da República receberam formação em técnicas de capacitação em ética e integridade em Dezembro de 2022.

O apoio prestado pelo PNUD, pelo Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC) e pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) através do projecto de combate ao tráfico de droga e ao crime organizado transnacional (CDTOC), financiado pelo PBF, em 2022, contribuiu para a independência e integridade do sistema judicial, reforçando os mecanismos de supervisão e responsabilização. Exemplos incluem apoio dado no desenvolvimento da Estratégia Nacional Anticorrupção, aprovada pelo Governo em Abril de 2022, que representa um passo crucial para aumentar a transparência e a confiança nas instituições legais e na população, em linha com as políticas nacionais e os instrumentos internacionais.

A ONU contribuiu, através de um acordo de subvenção com a Liga dos Direitos Humanos, para expandir as células de alerta precoce com elementos femininos em todo o país. A presença permanente de elementos formados para identificar actividades ilícitas suspeitas em todo o país contribuiu para reforçar a coordenação entre a sociedade civil e os representantes do Estado, facilitando o acesso a informações cruzadas e o acompanhamento de movimentos suspeitos nas zonas de trânsito, bem como para promover a responsabilização e a transparência do sistema judicial através da partilha de informações com as autoridades policiais.

O PNUD, o UNODC e a OIM apoiaram com processos e capacidade técnica a elaboração e aprovação de três políticas importantes nos sectores da justiça e da segurança, ajudando a proporcionar uma visão nacional partilhada para reforçar a segurança e reduzir os riscos de instabilidade, a saber:

1. Plano Estratégico Nacional Integrado de Luta contra o Tráfico de Droga.
2. Estratégia Nacional de Prevenção do Tráfico de Seres Humanos.
3. Estratégia Nacional Anti-Corrupção.

Em colaboração com a ENDA Tiers Monde, a ONU facilitou um estudo sobre o consumo de drogas injectáveis em Bissau, Gabú e Bafatá, as três maiores cidades da Guiné-Bissau.

Este estudo conduziu à identificação das principais partes interessadas e beneficiários. Foi desenvolvida uma estratégia para uma campanha de sensibilização com a rede de organizações da sociedade civil que apoiam a luta contra os mercados ilícitos. O Observatório Guineense da Droga e da Toxicodependência foi responsável por liderar a implementação da estratégia. Em resultado desta iniciativa, as partes interessadas e os beneficiários assumiram um compromisso formal no sentido de uma maior compreensão e envolvimento na abordagem da questão do consumo de drogas injectáveis na Guiné-Bissau.

As Nações Unidas reforçaram a capacidade técnica e operacional da Força Tarefa Conjunta de Interdição de Aeroportos (JAITF) no Aeroporto Internacional de Bissau com a participação

da equipa da JAITF da Guiné-Bissau num “Fórum de Investigação” conjunto Brasil - Portugal - Guiné-Bissau - Cabo Verde; e reforçando a resposta operacional da Unidade JAITF através da doação de um veículo e de material de raios X para detecção de drogas. A JAITF, composta por 16 agentes empenhados e fiáveis da Polícia Judiciária e da Guarda Nacional (Alfândega), obteve resultados notáveis com numerosas detenções e a apreensão de mais de 40 kg de cocaína. Desde o início, as apreensões foram efectuadas principalmente à chegada do voo São Paulo-Lisboa-Bissau, o que demonstra a utilização continuada da rota transatlântica.

Os primeiros resultados do controlo internacional também ocorreram graças à cooperação bem sucedida entre as polícias do Brasil, de Portugal, de Cabo Verde e da Guiné-Bissau. A colaboração entre as polícias da Guiné-Bissau, Brasil, Cabo Verde e Portugal é, portanto, essencial e permitiu apreensões em Portugal e Cabo Verde. Além disso, as capacidades técnicas de 11 agentes da autoridade (10 homens e uma mulher) foram reforçadas com formação em cibercriminalidade, com a participação de representantes dos países africanos de língua portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé). Este workshop proporcionou uma análise das tendências actuais do cibercrime na região e de como recolher provas online para responder mais eficazmente aos casos de cibercrime.

O PNUD e a UNODC, com o apoio do PBF, construíram uma Esquadra Modelo em Gabú, equipada com o mobiliário necessário, e

entregaram-na às autoridades nacionais. A esquadra é o terceiro local do país a adoptar o Modelo de Policiamento de Proximidade (MPP). O programa conjunto proporcionou ainda formação em direitos humanos, género e outros aspectos da aplicação da lei a 35 agentes da Polícia de Ordem Pública e a cinco membros da sociedade civil, de acordo com a metodologia do PPM. Além disso, o programa financiou a construção e o equipamento de dois postos de controlo fronteiriço na parte norte do país (Dungal e Cambaju). Ambos os postos estão localizados em regiões de difícil acesso e dispõem agora de instalações com acesso a energia solar e equipamento de trabalho, o que ajudou a reforçar o controlo das fronteiras e a prevenir actividades ilegais.

Para promover o jornalismo independente e reforçar a capacidade dos jornalistas em relação ao crime organizado transnacional, a ONU forneceu formação e apoio financeiro ao Centro de Comunicação Social e Informação da Guiné-Bissau (CMICS) para construir uma rede de jornalistas melhor equipados para informar sobre os mercados e a economia ilícitos na Guiné-Bissau (REJOMEI-GB), capaz de fornecer ao público informações mais precisas e objectivas sobre as economias ilícitas e o impacto na sociedade. Por último, o programa conjunto também apoiou a criação de três redes comunitárias regionais para prevenir e proteger a violência contra mulheres e crianças em Bafatá, Gabú e Quinará/Tombali. O projecto criou uma metodologia de intervenção multidisciplinar e especializada no apoio jurídico, psicológico e social, respeitando o âmbito de intervenção de cada entidade parceira e proporcionando o encaminhamento adequado às sobreviventes.

- Intensificar os seus esforços para **criar uma instituição nacional de direitos humanos** em conformidade com os Princípios de Paris (rec. 119.33)
- Facilitar e garantir o **acesso à justiça**, em todas as regiões, através da criação e operacionalização de tribunais e da redução das custas judiciais (cons. 119.68)
- Assegurar a **implementação efectiva do seu Plano Estratégico Nacional de Combate à Droga e ao Crime Organizado e de Redução de Riscos** (rec. 119.73)
- Lançar um **plano nacional de combate ao tráfico de pessoas**, em particular o tráfico de mulheres e crianças, garantindo recursos suficientes para a repressão dos crimes e a reabilitação das vítimas (rec. 119.84)
- Criar mecanismos para **investigar e punir todos os actos de violência contra as mulheres e raparigas** (rec. 119.152)
- Acelerar a adopção do **projecto de código de protecção integrada da criança** (...) (rec. 119.187)

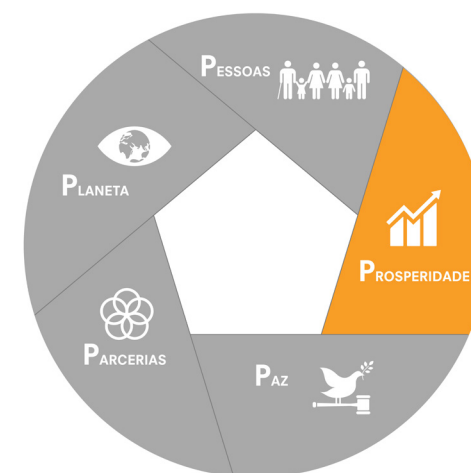
Para consultar o relatório completo, ver: A/HRC/44/11/Add.1

RECOMENDAÇÕES RELEVANTES DA UPR

Ao trabalhar em conjunto com os parceiros nacionais para alcançar estes resultados, as Nações Unidas apoiaram os esforços da Guiné-Bissau para cumprir as suas obrigações em matéria de direitos humanos e para implementar vários compromissos que assumiu no contexto da sua terceira revisão pelo Conselho dos Direitos Humanos (2020), incluindo:

- Envidar todos os esforços para manter o país na via da democracia e da consolidação do Estado de direito (119.20)
- Finalizar a **revisão da Constituição** e garantir que esta esteja em conformidade com as obrigações do país em matéria de tratados (119.22)
- Considerar a possibilidade de **desenvolver um plano de acção nacional em matéria de direitos humanos** (...) (rec. 119.32)





**TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA ESTRUTURAL,
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
CRESCIMENTO VERDE INCLUSIVO E RESILIENTE
QUE NÃO DEIXA NINGUÉM PARA TRÁS**

RESULTADO 2

Os resultados da ONU em 2022 foram avaliados em função das metas dos ODS e do financiamento registado através da UN INFO. Em 2022, em parceria com as autoridades nacionais e os parceiros, incluindo as OSC e as ONG, o plano de trabalho conjunto do segundo resultado da ONU orçamentou \$US 31 milhões de dólares para 2022. Os parceiros, incluindo os principais doadores, disponibilizaram \$US 25 milhões, dos quais \$US 15 milhões, 67% do montante recebido, foram executados para alcançar os principais resultados comunicados, incluindo os progressos registados na transformação estrutural da economia. As comunidades da Guiné-Bissau nas nove regiões do país beneficiaram das acções da UNCT para melhorar a capacidade produtiva do país, o valor acrescentado, a economia azul e o crescimento verde e inclusivo.

Os sistemas de recolha de dados foram

melhorados e as capacidades para sistemas alimentares resilientes foram reforçadas.

A Direcção de Planeamento do Governo, com a assistência financeira e técnica da UNCT, liderou a primeira Revisão Nacional Voluntária (VNR) dos ODS, melhorando assim o conhecimento nacional sobre o estado de realização dos 17 ODS, os desafios, e recomendações específicas para melhorar a capacidade do Governo para o planeamento e implementação de políticas de desenvolvimento a longo prazo. O valor acrescentado local, competitividade do sector agrícola, e a capacidade do sector privado para tirar partido das oportunidades comerciais nacionais e regionais e da economia azul foram reforçados.

Cento e cinquenta agricultores melhoraram as suas práticas agroecológicas através da adopção de variedades de arroz de elevado rendimento com potencial transformador. As comunidades aumentaram a sua resiliência e capacidade de adaptação às alterações climáticas através do Quadro de Acção para a Resiliência das Cidades. A governação e a gestão sustentáveis do ambiente e dos recursos naturais foram melhoradas, incluindo a protecção da biodiversidade e as energias renováveis. Estas realizações continuam a lançar as bases para progredir no sentido da concretização do resultado até 2026.



US\$ 31 milhões

Resultado Dois da ONU
plano de trabalho orçado para 2022



US\$ 25 milhões

fornecidos por parceiros e
principais doadores



67%

usado para alcançar principais
resultados relatados

PRODUTO 2.1

➔ **Reforço das capacidades para promover um crescimento económico resiliente, inclusivo e diversificado e um desenvolvimento humano sustentável, que conduza à redução da pobreza e não deixe ninguém para trás.**

O Governo melhorou a sua capacidade de recolha e tratamento de dados estatísticos agrícolas e rurais para a tomada de decisões baseadas em factos, na sequência da formação apoiada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) de 23 técnicos do Instituto Nacional de Estatística (INE) e dos Ministérios da Agricultura e das Pescas.

O Governo obteve melhores conhecimentos sobre as regiões de alto risco e as populações com insegurança alimentar na sequência da assistência financeira e técnica da FAO na implementação de dois inquéritos nacionais no âmbito do Quadro Harmonizado anual de indicadores alimentares e nutricionais para planeamento e resposta a crises alimentares.

A assistência da FAO permitiu ao Governo realizar uma análise abrangente, rigorosa e transparente da situação alimentar e nutricional actual e prevista para uma tomada de decisões eficaz.

O Laboratório Nacional do Solo melhorou a sua capacidade de gestão através de uma parceria apoiada pela FAO com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e o Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, que formou 17 técnicos do Laboratório Nacional do Solo, incluindo seis mulheres.

Mais de 270 técnicos do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural beneficiaram de uma formação apoiada pela FAO sobre a luta contra as pragas, a gestão dos pesticidas, a avaliação dos rendimentos agrícolas e as boas práticas na utilização de produtos veterinários para proteger a saúde animal.

O Governo implementou com sucesso uma iniciativa fundamental apoiada pelo PAM para comprar produtos alimentares produzidos localmente para as cantinas escolares, reforçando as cadeias de valor alimentares, o empreendedorismo e a criação de emprego. No âmbito desta iniciativa, 862 agricultores (450 homens e 412 mulheres) beneficiaram de uma formação especial sobre o controlo das cadeias de abastecimento alimentar nas regiões de Bafatá, Cacheu, Gabú, Oio, Quinará e Tombali, a fim de disponibilizarem os produtos locais para compra nas cantinas escolares. O rendimento dos pequenos agricultores foi melhorado, uma vez que 477.620 toneladas de produtos locais foram adquiridas pelas cantinas escolares.

A FAO ajudou as comunidades rurais da região de Bafatá a reabilitar e a avaliar o valor económico de 14 hectares de mangais para produção agrícola e 4 hectares para a produção hortícola em oito comunidades de Ganadu. O projecto também melhorou as condições de trabalho de pelo menos 558 agricultores nestas áreas. As horticultoras das oito comunidades beneficiaram de materiais e factores de produção hortícolas, melhorando os seus rendimentos e condições de trabalho.

A capacidade técnica da Direcção-Geral de Geografia e Registo para a tomada de decisões com base em dados concretos foi reforçada através da formação, apoiada pela FAO, de 10 técnicos na utilização do Sistema de Informação Geográfica. Além disso, as populações locais ficaram melhor preparadas para resolver problemas relacionados com a terra devido à formação de 100 jovens em prevenção e gestão de conflitos fundiários. Além disso, as populações locais ficaram melhor preparadas para resolver problemas relacionados com a terra devido à formação de 100 jovens em prevenção e gestão de conflitos fundiários.

O Governo beneficiou da assistência técnica da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) para melhorar a competitividade da cadeia de valor do sector da manga, incluindo a produção, a transformação, a conservação e as capacidades de comercialização dos intervenientes: foram fornecidas mais de 700 armadilhas para a mosca da fruta juntamente com a instalação de equipamento. Além disso, foram criados dois centros de incubação para apoiar o desenvolvimento de ideias inovadoras em projectos rentáveis para capacitar os jovens, incluindo as mulheres.

Foram distribuídos mais de 13.000 mudas de mangueira nas regiões de Cacheu, Oio e Bafatá, e foi ministrada formação específica em agroindústria e transformação de manga a 410 pessoas, principalmente mulheres, nas regiões beneficiárias de Bafatá, Cacheu, Oio e Bissau. Foi também prestado apoio técnico ao Governo para a implementação de uma política

nacional de qualidade para o sector, o que resultou em mais benefícios.

A ONUDI apoiou ainda 110 pescadores artesanais e 80 mulheres das regiões de Cacheu, Buba e Canchungo para aumentar a sua produtividade e melhorar a capacidade de conservação dos peixes através de técnicas de pesca melhoradas e da instalação de fábricas de gelo.

A capacidade do governo para implementar estratégias para a criação de empregos dignos foi melhorada através de um estudo de diagnóstico apoiado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a formulação de uma estratégia nacional para a implementação de uma abordagem de emprego intensivo para o investimento em infra-estruturas. Mais de 32 representantes do Ministério do Trabalho e de associações de empregadores beneficiaram de formação sobre a agenda do emprego digno.



PRODUTO 2.2

Melhoria do ambiente propício e reforço das capacidades do sector privado, da resposta às oportunidades de mercado emergentes e da contribuição para a produtividade, o crescimento e os meios de subsistência

A capacidade do Governo para implementar as leis e regulamentos sobre terras foi reforçada através da validação técnica de um estudo apoiado pela FAO para estabelecer o Observatório Nacional de Terras. Os direitos de posse foram melhorados com a delimitação de mais de 50.356,35 hectares de terra em 89 comunidades (tabankas). Foi dada formação contra as doenças, pragas e parasitas do cajueiro a 40 técnicos do Ministério da Agricultura e a 520 agricultores, incluindo 60 mulheres.

Mais de 41.676 agricultores, incluindo 27.724 mulheres (67%), receberam materiais de produção essenciais, tais como sementes de cereais e leguminosas, fertilizantes, pequenos materiais, tubos de PVC para gestão da água, medicamentos e materiais veterinários e vacinas. Além disso, 150 agricultores multiplicadores de sementes receberam formação para aplicar boas práticas de

multiplicação de sementes de arroz. A capacidade do governo para garantir a inclusão financeira foi reforçada através da assistência do PNUD para formular uma estratégia e um plano de acção nacional que abordem os obstáculos à expansão dos serviços de microfinanças, incluindo uma revisão do quadro regulamentar das microfinanças e do plano de recuperação.

O primeiro Fórum Comercial de Investimento de Impacto organizado pelo PNUD e pelos seus parceiros em Bissau reforçou o empreendedorismo do sector privado. Este evento apresentou as oportunidades de negócio locais aos empresários nacionais e regionais, permitindo-lhes explorar este mercado em plena ebulição.

Com o apoio do PNUD, o Governo reforçou a sua capacidade de diversificar a economia através da formulação e implementação da Estratégia para a Economia Azul e do Plano de Investimento. Este plano visa contribuir para uma diversificação económica sustentável e inclusiva, promover um crescimento verde e transformador e alinhar-se com o programa PEID.



50.356.35 ha
de terras delimitados em 89 comunidades, melhorando assim os direitos de propriedade



520
agricultores receberam formação sobre doenças, pragas e parasitas do caju



41.676
agricultores receberam insumos essenciais, como sementes de cereais e leguminosas, sementes de hortaliças, fertilizantes, pequenos materiais, tubos de PVC para gestão de água

PRODUTO 2.3

As capacidades das partes interessadas em termos de desenvolvimento informado sobre os riscos de catástrofes e de clima são reforçadas.

Em 2022, as intervenções da UN-HABITAT abordaram os riscos das alterações e catástrofes climáticas. Estas intervenções tiveram como objectivo reforçar a capacidade dos membros da administração local e permitir que as cidades previnam e respondam aos riscos climáticos. No âmbito destas intervenções, 23 representantes de administração local receberam formação sobre riscos e catástrofes climáticas. A formação visava melhorar a sua compreensão dos impactos das alterações climáticas na comunidade e a operacionalização do Quadro de Acção para a Resiliência Climática (CRAF). A formação reforçou com êxito os conhecimentos e as competências dos membros da administração local que estão agora melhor equipados para gerir eficazmente os riscos climáticos e as catástrofes.

Outra intervenção significativa levada a cabo pela UN-HABITAT em 2022 foi o desenvolvimento e a adopção de Quadros de Acção de Resiliência das Cidades (CityRAP) em quatro cidades vulneráveis às alterações climáticas - São Domingos, Mansoa, Cacine e Bubaque. O CityRAP é um plano estratégico que permite às cidades identificar e dar prioridade às suas vulnerabilidades às alterações climáticas e desenvolver planos de acção para as enfrentar. A ONU estabeleceu uma parceria com estas cidades para desenvolver o CityRAP, com o objectivo de aumentar a resiliência das cidades aos riscos das alterações climáticas. Como resultado das intervenções, as quatro cidades estão agora melhor preparadas para prevenir e responder aos riscos climáticos. O CityRAP desenvolvido ajudou a identificar e a dar prioridade aos riscos específicos de cada cidade. Os planos de acção visam reduzir os riscos e aumentar a resiliência das cidades às alterações climáticas.



Como um antigo sistema de produção de arroz está a salvar o ano seguinte nos campos-piloto conjuntos da FAO e do PAM em Guiné -Bissau

Djaja Baldé fala com dificuldade, é gaga, mas isso não lhe tira o brilho enquanto nos leva pelos campos que cultiva com a sua família de 17 pessoas: “Olhem à vossa volta, vejam por vós próprios. Nunca, em todos os meus anos, tive tanto arroz”.

Estamos na região de Gabú, no leste da Guiné-Bissau, mais concretamente na tabanka de Sintchã Benfica. Nesta zona de maioria Fula e muçulmana vivem algumas das populações que enfrentam mais dificuldades no complexo mosaico social Bissau-Guineense. Foi uma das regiões escolhidas para pilotar a técnica da Intensificação Sustentável do Arroz (ISA), que já tinha levado a um aumento de quatro vezes na produtividade do arroz na sua fase experimental. Espera-se que o projecto-piloto forneça provas valiosas ao governo para apoiar a transição, a médio e longo prazo, para uma maior produtividade agrícola e uma melhor soberania alimentar.

No total, ao longo de 2022, 150 agricultores participaram neste projecto, co-financiado com 250.000 dólares pelo Fundo Conjunto para os ODS e a FAO e implementado pela FAO com o PAM. Na sua aldeia, como chefe de família, Djaja fez parte de um grupo de 7 homens e 3 mulheres que receberam formação nas

técnicas do Sistema de Intensificação do Arroz, envolvendo práticas diferentes dos modelos de produção ancestrais. Não se trata de práticas novas, nem de conhecimentos recentes. Acontece que, no final dos anos 90, quando esta sub-região africana recebeu apoio internacional para a instalação de campos-piloto, a Guiné-Bissau estava a sair da sua devastadora guerra civil - o país ficou à margem dos avanços verificados além-fronteiras.

Djaja não desarma e está visivelmente comovida: “Este ano, a minha família vai comer bem, sem preocupações. Nunca mais voltarei atrás - utilizarei esta nova técnica até ao fim dos meus dias, até morrer!”

Até agora, duas comunidades na região de Bafatá, com melhores recursos hídricos e solos mais férteis, tiveram resultados excepcionais: 6 e 7 toneladas, respectivamente. A região sul de Quinará, considerada especialmente promissora para os arrozais de mangal, apresentou os resultados mais baixos: uma média de 2,1 toneladas por hectare. Já as comunidades da região de Gabú obtiveram uma média de 2,7. Isto fica muito aquém das 4 toneladas esperadas a nível nacional. Em termos gerais, os resultados representam, no entanto, a duplicação do volume das colheitas habituais. Em regiões onde a insegurança alimentar aguda mantém mais de 108.000 pessoas na necessidade de apoio alimentar imediato, compreende-se facilmente o alívio e a alegria que este facto causa.

Sobretudo numa altura em que se registam níveis históricos de inflação e aumento de preços, que têm vindo a agravar ainda mais as condições de vida de quem já enfrentava mais dificuldades e a colocar em risco a segurança de novos grupos sociais. Acresce que, numa região que se debate também com dificuldades na distribuição dos recursos hídricos, a redução de até cerca de 50% das necessidades de rega para o novo sistema de produção, face às técnicas ancestrais de produção de arroz, não deixa de ser um factor importante.



PRODUTO 2.4

As cidades/comunidades valorizam melhor o capital natural e melhoram a sua resiliência aos impactos do clima e das catástrofes como parte do desenvolvimento económico local sustentável e resiliente.

Relativamente à resiliência climática, a assistência técnica do PNUD protegeu 1000 hectares de cultivo de arroz em terras baixas contra os riscos climáticos, melhorando a segurança alimentar das comunidades locais. Além disso, 121,5 hectares de zonas costeiras foram recuperados através da utilização sustentável dos solos e da gestão florestal.

As intervenções do PNUD reforçaram a capacidade de 2.768 famílias, incluindo em zonas remotas, para gerir de forma sustentável as suas terras e praticar uma agroecologia inteligente em termos climáticos. A capacidade do governo para implementar um quadro de monitorização dos riscos climáticos para a zona costeira foi também reforçada através da elaboração de um estudo cartográfico da zona costeira e de um estudo de Avaliação Ambiental e Social Estratégica (AASE) da zona costeira da Guiné-Bissau.

O acesso das comunidades costeiras aos serviços sociais para um desenvolvimento económico sustentável e resiliente foi melhorado através do apoio do PNUD à construção/reabilitação de 20,4 km de estradas rurais, incluindo zonas remotas. Mais de 136 instituições públicas e privadas e organizações da sociedade civil, incluindo mulheres e organizações religiosas, beneficiaram de formação do PNUD para enfrentar os desafios ambientais globais e gerir de forma sustentável os recursos naturais.

Por último, 150 agricultores das regiões de Gabú, Bafatá e Quinará reforçaram a sua capacidade de auto-suficiência alimentar graças à assistência técnica da ONU para adoptarem o “Sistema de Intensificação da Produção de Arroz”, uma técnica inovadora que permite aos agricultores aumentar significativamente o rendimento do arroz em sete vezes, passando do nível actual de 800 kg para 1000 kg por hectare.



1000 ha
da cultura do arroz protegidos nas terras baixas face aos riscos climáticos



2,768
famílias capacitadas, incluindo em zonas remotas, para gerir de forma sustentável as suas terras e praticar uma agroecologia inteligente do ponto de vista climático



20.4 km
de estradas rurais construídas/reabilitadas com o apoio de PNUD



PRODUTO 2.5

Reforço da governação e da gestão sustentáveis dos recursos ambientais e naturais, incluindo a protecção da biodiversidade e as energias renováveis.

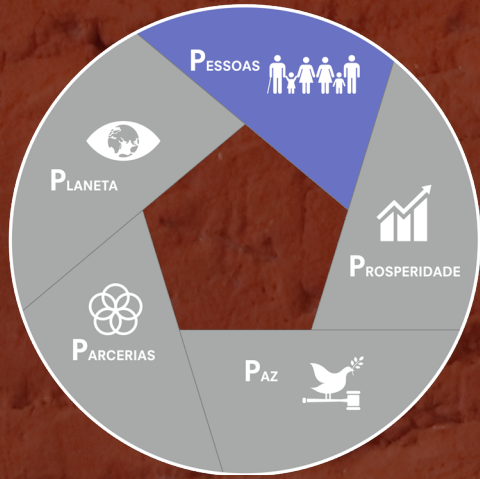
O PNUD equipou as comunidades de seis áreas protegidas pela natureza com ferramentas para melhor valorizar o capital natural e o potencial de energia renovável para um desenvolvimento económico sustentável e resiliente. A intervenção melhorou o estado de conservação de 14 espécies florestais e cinco espécies reflorestadas e promoveu o cultivo sustentável de 11 produtos agro-ecológicos. Como resultado do apoio do PNUD, 45 comunidades puderam implementar tecnologias de baixo carbono com benefícios ambientais e de subsistência. Mais de 127 jovens (41% mulheres) e 130 representantes de departamentos governamentais participaram em oito sessões de diálogo sobre conflitos locais, desafios e oportunidades para incluir os jovens na gestão local das terras. Isto resultou na criação de 40 clubes de jovens (rapazes e raparigas) nas regiões de Biombo, Oio e Cacheu, com um total de 800 jovens (50,8% do sexo feminino).

RECOMENDAÇÕES RELEVANTES DA UPR

Ao trabalhar com os parceiros nacionais para alcançar estes resultados, as Nações Unidas apoiaram os esforços da Guiné-Bissau para cumprir as suas obrigações em matéria de direitos humanos e para implementar vários compromissos que assumiu no contexto da sua terceira revisão pelo Conselho dos Direitos Humanos (2020), incluindo:

- Aplicar políticas para **atenuar os efeitos das alterações climáticas** (...) (cons. 119.48)
- Intensificar as iniciativas governamentais para **combater o desemprego dos jovens** através da formação profissional (cons. 119.93)
- Acentuar a acção centrada na luta contra a pobreza através da **promoção de actividades socioeconómicas nas zonas rurais** (119.101)
- Tomar medidas para **aumentar a produtividade agrícola**, o fornecimento de habitação e o alívio da pobreza (rec. 119.102)

Para obter o relatório completo, consultar: A/HRC/44/11/Add.1



DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

Os resultados da ONU em 2022 foram avaliados em função das metas dos ODS e do financiamento registado através da UN INFO. Em 2022, em parceria com as autoridades nacionais e os parceiros, incluindo as OSC e as ONG, o plano de trabalho conjunto do Terceiro Resultado da ONU orçamentou 65 milhões de dólares para 2022. Os parceiros, incluindo os principais doadores, disponibilizaram \$US 61 milhões, dos quais \$US 29 milhões, 48% do montante recebido, foram executados para alcançar os principais resultados comunicados, incluindo a garantia da disponibilidade de produtos que salvam vidas a nível nacional; o reforço da capacidade do Ministério da Educação e de outros agentes educativos para aumentar o acesso à educação e melhorar a qualidade e a relevância dos resultados da aprendizagem; o lançamento das bases para o desenvolvimento de uma política/estratégia de protecção social; melhoria das infraestruturas em termos de instalações sanitárias; reforço da capacidade do Governo a nível central, regional e local para levar a cabo intervenções que garantam a segurança alimentar e reduzam a subnutrição aguda e crónica; e formação institucional e técnica dos intervenientes na protecção e na defesa para reforçar os compromissos políticos para a protecção das crianças, para promover a igualdade entre os sexos e para combater as práticas prejudiciais. Estas realizações continuam a lançar os alicerces para o progresso no sentido da concretização do resultado até 2026.

RESULTADO 3

US\$ 65 milhões
Resultado Dois da ONU
plano de trabalho orçado para 20

US\$ 61 milhões
fornecidos por parceiros e
principais doadores

48%
usado para alcançar principais
resultados relatados





PRODUTO 2.4

➔ **O sistema de saúde da Guiné-Bissau tem a capacidade de fornecer serviços de saúde de alta qualidade, com serviços integrados de alto impacto, centrados nas pessoas, com base na abordagem dos cuidados de saúde primários e em pacotes de serviços essenciais abrangentes, tal como definido no Plano Nacional de Desenvolvimento da Saúde e aplicado a contextos de desenvolvimento e humanitários**

Em 2022, o sistema das Nações Unidas estabeleceu uma parceria com várias partes interessadas para reforçar o sistema de saúde na Guiné-Bissau, centrando-se nos cuidados primários e assegurando a continuidade dos serviços essenciais e as respostas a potenciais surtos. O apoio aos serviços de saúde da Guiné-Bissau centrou-se na vacinação, na redução das taxas de morbilidade e mortalidade por malária, no reforço das capacidades do sistema de saúde, no reforço da saúde materna e neonatal e na saúde primária e governação.

No domínio da vacinação, é importante destacar que a cobertura de imunização registou uma evolução positiva em 2022. A UNICEF e a OMS ajudaram a aumentar a cobertura de vacinas com o apoio técnico e financeiro prestado na preparação e implementação das campanhas nacionais de vacinação, incluindo a criação de diferentes bases de dados para gestão de

dados e utilização de outras plataformas (ODK, KIZEO, Cobo collect) para dados epidemiológicos em tempo real; o reforço da cadeia de frio nacional para uma gestão eficaz das vacinas e a prestação de apoio técnico ao desenvolvimento do plano nacional de preparação e execução da campanha de monitorização da vacinação contra o sarampo; a avaliação do 1º Plano Nacional de Distribuição e Vacinação (PNDV) para a COVID-19 e o desenvolvimento do subsequente PNDV2.1; e a mobilização substancial de recursos para a aquisição de vacinas de rotina que estavam em falta.

Embora ligeiramente abaixo da meta de 82%, 78% das crianças de 0-11 meses foram vacinadas com três doses de DPT (difteria-tétano-tosse convulsa) contendo vacina pentavalente a nível nacional, um aumento acentuado em comparação com 71% em 2021. A cobertura da DPT3 aumentou nas zonas urbanas (Bissau, Gabú e Bafatá) de 60%, 70% e 46% em 2021 para 69%, 86% e 73% em 2022, respectivamente.

78%
crianças de 0 a 11 meses foram vacinadas com três doses de DPT um aumento acentuado em comparação com 71% em 2021

A cobertura DPT3 aumentou nas áreas urbanas

Bissau	Gabú	Bafatá	
60%	70%	46%	2021
69%	86%	73%	2022

99,6%
crianças receberam a vacina da poliomielite (nOPV2)

Após três anos sem sucesso, com o apoio financeiro e técnico da UNICEF, o Ministério da Saúde Pública implementou duas rondas de suplementação de vitamina A e desparasitação com resultados satisfatórios de 244.445 crianças em 319.445 (76%) que receberam o suplemento de vitamina A duas vezes. As duas rondas de campanhas de vacinação contra a

poliomielite, particularmente a segunda, foram de alta qualidade (dados administrativos e monitorização independente e amostragem de garantia de qualidade do lote (LQAS)), com 99,6% das crianças a receberem a vacina contra a poliomielite (nOPV2) a nível nacional, tendo a qualidade da mobilização comunitária da UNICEF sido amplamente aclamada. Pela primeira vez, Bissau, a Capital, atingiu 90% de cobertura. As estratégias utilizadas durante as campanhas da poliomielite, com mobilização social específica e envolvimento comunitário de comunidades hesitantes, geraram lições para a imunização de rotina.

Na prevenção e tratamento da malária, o PNUD, como principal beneficiário da subvenção do Novo Modelo de Financiamento do Fundo Global (NFM3), prestou apoio técnico e financeiro ao Programa Nacional de Controlo da Malária para implementar as suas actividades. Assim, em 2022, em colaboração com o programa de saúde comunitária da UNICEF, foram realizadas várias actividades que contribuíram para reduzir a morbilidade e a mortalidade relacionadas com a malária no país e reforçar o sistema de saúde.

Estas incluem intervenções específicas de prevenção dirigidas a grupos vulneráveis, tais como mulheres grávidas e crianças com menos de cinco anos de idade, e a garantia de diagnóstico e tratamento do resto da população em instalações públicas e privadas, bem como na comunidade, com o apoio de agentes comunitários de saúde e actividades de sensibilização realizadas por técnicos de saúde. Os profissionais de saúde distribuíram sistematicamente 75.578 redes mosquiteiras tratadas com insecticida de longa duração (REMILD) para proteger contra a malária 65% da população-alvo vulnerável, representada por 39.654 mulheres grávidas durante as consultas pré-natais e 35.924 crianças com menos de um ano de idade durante as actividades de vacinação. Em 2022, 112.472 crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 59 meses beneficiaram da quimioprevenção da malária sazonal durante a época de elevada transmissão, protegendo 52% da população-alvo que recebeu tratamento de quimioprevenção da malária sazonal (SP-AQ) em 4 rondas (Agosto, Setembro, Outubro e Novembro) nas quatro

regiões-alvo com elevada incidência de malária (Gabú, Bafatá, Bolama, Tombali).

75.578
redes inseticidas de longa duração (LLINs) distribuídas por profissionais de saúde

112.472
crianças de 3 a 59 meses beneficiaram da quimioprevenção sazonal da malária (2022)

No sector público, 100% dos casos suspeitos (496.988) foram testados e 98% dos casos confirmados (179.447) foram tratados com tratamento antimalárico de primeira linha. Nas instalações do sector privado, 94% dos casos suspeitos (41.609) foram submetidos a testes parasitológicos e 83% dos casos confirmados (9.967) receberam tratamento antimalárico de primeira linha. As actividades comunitárias conduzidas pelos CHWs resultaram em 71% dos casos suspeitos (3.363) testados e 79% dos casos confirmados (1.361) tratados com tratamento antimalárico de primeira linha.

Na saúde materna e neonatal, 61% dos nascimentos foram assistidos por pessoal de saúde qualificado (médico, enfermeiro, parteira ou parteira auxiliar), um aumento de 19% em relação a 2021. O FNUAP lidera as agências em intervenções direccionadas a, (ii) acabar



com a necessidade não satisfeita de planeamento familiar e **(iii)** acabar com a violência baseada no género e práticas nocivas, incluindo a MGF e o casamento infantil.

A implementação destes três resultados transformadores faz parte da melhoria da saúde materna e neonatal, do acesso aos direitos de saúde para todos, do respeito e da restauração da dignidade de todas as mulheres e pessoas vulneráveis e das condições de vida da população. O apoio técnico e financeiro do FNUAP permitiu a reabilitação de salas de parto em quatro das seis regiões visadas pelo programa para a prestação do pacote integrado de serviços, de acordo com o relatório de análise do pacote integrado de serviços, nas regiões de Bafatá, Gabú, Quinará e Tombali e na mesma linha, e ainda no quadro da cooperação entre o FNUAP e o Ministério da Saúde, o FNUAP e o Programa Integrado para a Redução da Mortalidade Materna e Infantil (PIMI), financiado pela União Europeia, prestaram apoio técnico e financeiro à região de Quinará.

O FNUAP procedeu **i)** à reabilitação do bloco operatório, **ii)** ao recrutamento de três especialistas, nomeadamente um ginecologista obstetra, um anestesista e um instrumentista, **iii)** ao apetrechamento do centro de saúde e do bloco operatório, **iv)** ao fornecimento de produtos de saúde reprodutiva, incluindo produtos que salvam vidas e contraceptivos. De 15 de junho de 2021 a 30 de junho de 2022, foram obtidos os seguintes resultados excepcionais: **i)** 563 partos, incluindo 476 partos vaginais e 87 cesarianas; **ii)** foram realizadas 1.480 ecografias obstétricas e 76 ecografias ginecológicas; **iii)** o centro de saúde de Buba conseguiu manter a funcionalidade de cuidados obstétricos e pós-parto de emergência e **iv)** não houve mortes maternas no centro de saúde de Buba durante este período em análise. No domínio do planeamento familiar, o FNUAP apoiou o Ministério da Saúde com intervenções em estratégias fixas e avançadas e ajudou a recrutar 17.505 novos utilizadores de métodos modernos de PF.

Em relação ao VIH, a UNICEF centrou o seu apoio no diagnóstico precoce do VIH em crianças



nascidas de mães seropositivas, no tratamento pediátrico do VIH, na despistagem de mulheres grávidas e no apoio a programas institucionais. Setecentas e sessenta e cinco crianças nascidas de mães seropositivas foram testadas, mas apenas 230 foram testadas respeitando o período estabelecido (≤ 2 meses desde o nascimento); 13% (97/765) do total testado foram positivos. Os dados do primeiro semestre de 2022 revelaram que 1.044 crianças beneficiaram de tratamento antirretroviral (TARV) em comparação com 2021 (955 crianças em TARV), um aumento de 9%. No mesmo período, 24.467 mulheres grávidas foram testadas com o teste de diagnóstico rápido, das quais 99% (24.402) foram informadas do resultado do teste, das quais 2% (450/24.467) foram positivas. Apenas 22,82% (372/1.630) das mulheres grávidas seropositivas registadas beneficiaram de tratamento antirretroviral.

Apesar dos desafios relacionados os agentes comunitários de saúde no âmbito da COVID-19, foram obtidos resultados positivos em 2022 através do programa de saúde comunitária apoiado pela UNICEF. Os agentes comunitários de saúde registaram 52.689 agregados

familiares vulneráveis e 86% (45 295) foram visitados mensalmente. Da mesma forma, das 4.214 mulheres grávidas registadas, 3.991 (94%) foram visitadas. Durante as visitas, os CHWs identificaram 516 mulheres grávidas com um ou mais sinais de perigo, evacuando 514 (99%). Foram também registadas 29.359 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 59 meses, das quais 80% (23 672) foram visitadas e beneficiaram de um acompanhamento do estado nutricional, que permitiu detectar 1.995 crianças com malnutrição e 96% (1.933) foram evacuadas para tratamento nas unidades de saúde. No entanto, apenas 41% (1.416/3.481) dos CHWs previstos permaneceram em funções.

Em contrapartida, outros recusaram-se a retomar o trabalho devido a atrasos na recepção dos subsídios mensais. 77% (1097/1416) receberam a sua bolsa mensal após a transmissão dos relatórios. No período abrangido pelo relatório, foram identificadas 5.439 crianças com menos de cinco anos de idade com febre, 88% (4.788) beneficiaram de um teste rápido de diagnóstico da malária, dos casos de diarreia e 89% (1.024/1.146) dos casos de pneumonia em crianças com menos

29% (1.371) tiveram resultados positivos e 95% (1.305) receberam tratamento de ACT na comunidade, tendo as restantes sido evacuadas para estruturas sanitárias. 90% (5.943/6.607) dos casos de diarreia e 89% (1.024/1.146) dos casos de pneumonia em crianças com menos de cinco anos de idade foram tratados na comunidade com sais de reidratação oral, zinco e amoxicilina, respectivamente.

No reforço da capacidade técnica dos profissionais de saúde, a OMS apoiou financeiramente a qualificação de 1.248 profissionais (688 mulheres e 560 homens) em Prevenção e Controlo de Infecções/IPC; 197 (108 homens e 89 mulheres) formados em cuidados críticos de doentes (abordagem ABCDE, 103 (51 homens e 52 mulheres) formados em Cuidados Básicos de Urgência; 27 formados em análise de dados para a elaboração das Contas Nacionais de Saúde (CNS) Exercício 2018-2021. Foi também efectuada uma avaliação da funcionalidade do sistema de saúde subnacional, cujos resultados indicam que 79,3% das áreas apresentam indicadores satisfatórios para a cobertura universal de saúde, 63,2% para a segurança sanitária, 71,7% para os cuidados de saúde primários, 47,2% para a funcionalidade do sistema de saúde e 46% para a capacidade do sistema de saúde[1]. As capacidades de diagnóstico foram reforçadas com a aquisição de 12 aparelhos de imagiologia (TAC, raios X) e 12 000 testes de diagnóstico rápido da

hepatite viral.

Para melhorar e sustentar os resultados acima referidos, a UNICEF, o PNUD e a OMS apoiaram o Ministério da Saúde na convocação dos principais intervenientes para uma revisão abrangente do sistema de cuidados de saúde primários (CSP), a fim de iniciar um processo de revitalização para enfrentar os desafios sistémicos na prestação de serviços de saúde neonatal, infantil e materna e para contrariar as recentes tendências negativas nos principais indicadores. O consenso sobre as acções permitirá um esforço colectivo de acelerar o progresso a partir de 2023 em (i) investimentos necessários para revitalizar o sistema nacional de CSP; (ii) melhorar o acesso, a cobertura e a qualidade dos cuidados até 2026, (iii) reforçar as alavancas operacionais dos CSP necessárias para tornar possível a Cobertura Universal de Saúde (CUS) na Guiné-Bissau até 2030. As agências da ONU reforçaram a defesa de maiores consultas no desenvolvimento do novo plano estratégico nacional de saúde 2023-2028 e a inclusão dos cuidados de saúde primários como uma abordagem de programação centrada nas pessoas, bem como o seu plano de monitorização e avaliação.

O desenvolvimento do Plano Estratégico de Informação sobre Saúde e do Plano Estratégico de Telemedicina também apoiará o reforço do sistema de saúde.



Rumo à Eliminação da Mortalidade Materna na Guiné-Bissau

é ainda mais complicado e perigoso durante a estação das chuvas. Nestas comunidades rurais, os centros de saúde podem ter enfermeiras e parteiras, mas não têm obstetras/ginecologistas para avaliar imediatamente as gravidezes de alto risco e os casos obstétricos. A falta de profissionais de saúde qualificados contribui para a elevada taxa de mortalidade materna e neonatal.

Em Buba, região de Quinará, Guiné-Bissau, foram registadas zero mortes maternas evitáveis no Centro de Saúde de Buba durante o período de Junho de 2021 a Junho de 2022, numa região que foi seleccionada pela sua elevada taxa de mortalidade materna. Embora a taxa média nacional de mortalidade materna seja estimada em 746 por 100.000 nados-vivos (INASA 2018), a taxa na região de Quinará é de 3.015 por 100.000 nados-vivos (INASA 2018), o que é quatro vezes superior à média nacional.

Em zonas rurais como a região de Quinará, um dos locais mais remotos da Guiné-Bissau, chegar a um centro de saúde é como uma corrida de obstáculos, e

O Centro de Saúde de Buba é um centro de referência para a região de Quinará. O centro de saúde mais próximo de Buba fica em Indjassane, uma tabanka a 21 quilómetros de distância. **“O centro de saúde de Indjassane recebe pacientes das províncias do Sul e do Leste do país. Há casos em que é necessária a evacuação de mulheres grávidas que necessitam de cuidados especializados para o centro de saúde de Buba. Viajam em condições muito difíceis, muitas vezes de mota, e chegam ao centro de saúde de Buba muito cansadas. Graças à disponibilidade e ao profissionalismo da equipa de especialistas, acabam por ser tratadas adequadamente e a tempo”**,



disse José Alexandre da Silva, enfermeiro-chefe do Centro de Saúde de Indjassane.

Perante esta situação difícil, trabalhando em estreita colaboração com a Direcção Regional de Saúde de Quinará do Ministério da Saúde e outros parceiros, o FNUAP recrutou e atribuiu uma equipa de 3 pessoas, composta pela Dra. Sonia Bako, Médica Ginecologista/Obstetra Voluntária Internacional da ONU, a Sra. Cadidjatu Culibali, anestesista, e a Sra. Flaminia Camala, instrumentista, ambas consultoras nacionais, ao Centro de Saúde de Buba desde 15 de Junho de 2021.

Antes da chegada da equipa do FNUAP, o Centro de Saúde de Buba enfrentava lacunas significativas na prestação de serviços de saúde materna de qualidade devido ao não funcionamento do bloco operatório, à indisponibilidade de equipamento e materiais essenciais e à escassez de pessoal qualificado.

Trabalhando lado a lado com as autoridades da direcção regional de saúde, os profissionais de saúde locais e os agentes de saúde da comunidade, a equipa técnica do FNUAP, apoiada pelos recursos regulares do FNUAP e pelo Fundo Fiduciário para a Saúde Materna (MHTF), tem trabalhado para resolver todas estas questões e reduzir a mortalidade materna.

“Durante a minha última gravidez, fui encaminhada para a capital Bissau, mas agora, graças a Deus, já não é necessário, desta vez dei à luz no Centro de Saúde de Buba, não tenho complicações e sinto-me bem.” Koumba Diouma Diop, paciente do centro de saúde de Buba.

“As taxas de sucesso têm sido excepcionais ultimamente!” exclama a Dra. Sonia, uma vez que não foram registadas quaisquer mortes

maternas ao longo de um (1) ano, de Junho de 2021 a Junho de 2022. Esta notícia foi celebrada por todas as autoridades sanitárias e parceiros de desenvolvimento, FNUAP, doadores e a equipa do Centro de Saúde de Buba, que recebe aproximadamente 50 mulheres grávidas por mês em cuidados pré-natais, provenientes de toda a região de Quinará, que representam 35,4% de mulheres em idade fértil - 15-49 anos (Instituto Nacional de Estatística/2022). No total, a equipa assistiu 563 partos durante este período, sendo 476 partos naturais e 87 cesáreas com acompanhamento pós-operatório simples.

“Agradeço a Deus, porque dei à luz por cesariana e correu tudo bem, tenho o meu filho nas minhas mãos e sinto-me bem. Porque antigamente, quando as mulheres grávidas eram evacuadas para Bissau, em alguns casos morriam, devido às más

condições das estradas.” Salimatu Turé, paciente do centro de saúde de Buba.

Construído em 2015 com o apoio da Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, o Centro de Saúde de Buba tem a única sala de operações funcional em toda a região de Quinará. Em 2020, o FNUAP investiu na remodelação e no equipamento do Centro de Saúde e, desde então, tem-no abastecido com produtos que salvam vidas e produtos de saúde sexual e reprodutiva, incluindo contraceptivos.

O centro tornou-se operacional em 2021, quando profissionais de saúde qualificados foram destacados como parte da iniciativa do projecto H4+, implementado conjuntamente pelo FNUAP, UNICEF, OMS e outros parceiros para reforçar os cuidados obstétricos e neonatais de emergência.



PRODUTO 3.2

➔ **As instituições de ensino e os professores têm capacidades acrescidas para assegurar um sistema de ensino equitativo e inclusivo e para reforçar o acesso a uma educação formal, informal e não formal de qualidade para as crianças, os jovens e os adultos, especialmente para as raparigas e as mulheres, a fim de adquirirem um nível básico de literacia, resultados de aprendizagem adequados, competências transversais e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.**

A ONU apoiou com sucesso o Governo da Guiné-Bissau na mobilização da sociedade civil e na realização de consultas nacionais para a Cimeira da Educação Transformadora (TES). Esta colaboração resultou no Compromisso Nacional da Guiné-Bissau para a Educação, que garante que o Governo cumpra os objectivos claros de proporcionar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, especialmente para as raparigas e grupos marginalizados. Como líder do sector, a UNICEF aumentou a coordenação no sector da educação, orientando a assistência financeira e técnica ao Ministério da Educação e coordenando a revisão conjunta do sector da educação. Isto levou à adopção do plano de acção orçamentado para 2022 para o sector.

No período abrangido pelo relatório, mais de 170.000 alunos em 690 escolas tiveram um melhor acesso à aprendizagem através da alimentação escolar diária fornecida pelo Programa Alimentar Mundial. Em 2022, o PAM lançou um projecto-piloto denominado Schools Connect em duas regiões, envolvendo 80 escolas. Este piloto visava melhorar o acompanhamento das actividades de alimentação escolar, fornecendo dados em tempo real sobre a frequência escolar, as existências alimentares e o consumo de alimentos, tornando estes dados acessíveis aos parceiros e ao Governo. O PAM distribuiu tablets a todos os 80 directores de escolas e

organizou duas acções de formação para 166 funcionários a nível escolar, sectorial e regional, a fim de melhorar as capacidades de acompanhamento. Como resultado, em Julho, os directores das 47 escolas envolvidas em Biombo partilharam com êxito dados fiáveis sobre a assiduidade das crianças e as reservas alimentares remanescentes. Em Agosto, mais 33 escolas da região de Oio foram envolvidas no projecto-piloto. O PAM está a procurar fundos para expandir o projecto a todas as 693 escolas assistidas em todo o país.



+170,000 (693 escolas)

Os estudantes tiveram um melhor acesso à aprendizagem através da alimentação escolar diária

O PAM continuou também a apoiar as crianças do sexo feminino em idade escolar através da ração para levar para casa, a fim de incentivar a sua inscrição, promover a frequência escolar e reduzir o número de

casos de casamento precoce. A modalidade Take Home Ration (THR) também incentiva as famílias a trazer e manter na escola as crianças que vivem com deficiência. Como resultado, em 2022, os beneficiários da THR aumentaram significativamente em 43%. O PAM tem trabalhado em estreita colaboração com a Direcção-Geral da Educação Inclusiva e a ONG internacional Humanity Inclusion (HI) para eliminar progressivamente as barreiras sociais que limitam o acesso das crianças com deficiência à escola.

Além disso, com o apoio da UNICEF, o Ministério da Educação conseguiu aumentar a sua capacidade de mitigar os efeitos adversos da COVID-19 no acesso dos alunos e nos resultados de aprendizagem. A ONU deu formação aos professores para identificarem as perdas de aprendizagem e implementarem actividades de aprendizagem de recuperação, bem como de recuperação da aprendizagem dos alunos antes do início do ano lectivo de 2022-2023. As agências da ONU também desenvolveram, testaram e divulgaram

materiais alternativos de ensino à distância de alta qualidade para proteger o direito das crianças à educação durante o encerramento das escolas.

Ao nível político, a UNICEF prestou um apoio financeiro e técnico significativo no desenvolvimento da Estratégia Nacional de Educação Inclusiva para a Guiné-Bissau 2022-2028. A estratégia que o Conselho Directivo aprovou no Ministério da Educação no final de 2022 é uma conquista significativa, pois fornece um quadro claro e um plano operacional para garantir que a educação seja inclusiva e acessível às crianças marginalizadas, com orientações claras para garantir que as crianças com necessidades educativas especiais e deficiência exerçam com sucesso o seu direito à educação.

A UNICEF também apoiou o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE), a Direcção Nacional de Alfabetização e Educação Não-Formal (DGAEnF) e outros parceiros-chave para completar um diagnóstico do sector e desenvolver um projecto de Estratégia Nacional para as Crianças Fora da Escola que está alinhado com o primeiro projecto de Política Nacional de Alfabetização, também desenvolvido em 2022. A UNICEF também continuou a desenvolver, testar e disseminar materiais alternativos de alta qualidade para o ensino à distância em parceria com o MEN, a Televisão da Guiné-Bissau (TGB) e a organização "Animar para Educar". Para além de pilotar 216 lições radiofónicas para crianças dos 5 aos 14 anos de idade para aproximadamente 70% da população elegível (336.082 crianças, entre as quais 163.827 raparigas), foram produzidas e transmitidas 30 lições televisivas para crianças dos 6 aos 14 anos nas áreas de Português e Matemática.

PRODUTO 3.3



As instituições nacionais reforçaram as capacidades nacionais para desenvolver, implementar e financiar um sistema de protecção social resiliente baseado em critérios de vulnerabilidade claros e um sistema de informação de gestão forte, incluindo em situações de emergência.

Em 2022, o Ministério da Mulher, da Família e da Solidariedade Social, com o apoio da UNICEF, do PAM e do FNUAP, iniciou um projecto conjunto financiado através do fundo ODS para o desenvolvimento de um sistema de protecção social sensível ao choque que melhore a inclusão social, contribua para a redução da pobreza e apoie as actividades do programa, reforçando simultaneamente a coordenação e as sinergias entre os intervenientes. Como base para o desenvolvimento da Política e Estratégia Nacional de Protecção Social, o Programa Conjunto apoiou o Ministério da Mulher, Família e Solidariedade Social na criação de comités técnicos e de direcção para apoiar a implementação efectiva e o desenvolvimento da Política e Estratégia Nacional de Protecção Social em parceria e colaboração com várias organizações. Complementarmente, o PNUD assinou um acordo com o PNUD Brasil, a agência executora da plataforma socialprotection.org, para mapear os programas de protecção social existentes, as partes interessadas, os quadros legais e as bases de dados relacionadas com a protecção social na Guiné-Bissau.

Além disso, durante o período em análise, a UNICEF apoiou o Ministério da Mulher, Família e Solidariedade Social na identificação e formação de 350 agentes de protecção social nas zonas urbanas e rurais que servirão de pontos focais para mecanismos de referência relacionados com a protecção social e da criança. Adicionalmente, a UNICEF construiu e reforçou a capacidade de 42 funcionários do Ministério das Finanças e outros ministérios do sector social para aplicar procedimentos orçamentais sensíveis à criança e ao género a fim de apoiar os processos orçamentais nacionais em curso em 2023.



Reforçando a protecção social, O PAM retomou o apoio às pessoas que vivem com o VIH e a SIDA (PVVIH), chegando a 960 beneficiários com alimentos nutritivos especializados e duplicando o número planeado de beneficiários que recebem tratamento para a desnutrição aguda moderada. Em comparação com 2021, o PAM conseguiu um aumento de 28,6% dos beneficiários e excedeu em 11% a sua cobertura dos programas de prevenção do raquitismo durante a estação magra nas regiões visadas. O PAM concluiu o estudo Fill Nutrient Gap, que foi partilhado com todos os parceiros que intervêm na segurança alimentar e na nutrição para uma melhor coordenação e planeamento de programas baseados em provas.

No âmbito do Projecto de Segurança Alimentar de Emergência, a FAO, em parceria com o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, reforçou as capacidades financeiras de 8.000 agregados familiares urbanos e rurais vulneráveis nas regiões de Cacheu e Oio afectadas pela COVID-19 através de transferências de dinheiro por trabalho e 3.000 outros agregados familiares vulneráveis receberam transferências incondicionais melhoradas. Durante 2022, um total de 1.500 agregados familiares mais vulneráveis, incluindo mulheres chefes de família e agregados familiares que cuidam de pessoas com deficiência, beneficiaram de transferências monetárias incondicionais (85.000 XOF/agregado familiar).

PRODUTO 3.4

As comunidades das zonas rurais, periurbanas e das pequenas cidades adquirem cada vez mais o direito a uma habitação e a um habitat adequados, têm acesso a serviços sustentáveis de água e saneamento e a melhores práticas de higiene que conduzem a um estado de ausência de defecação a céu aberto (ODF) através de modelos de prestação de serviços escaláveis ligados aos mercados.

A UNICEF tem desempenhado um papel vital na promoção da coordenação do sector na Guiné-Bissau, facilitando o Grupo de Água e Saneamento (GAS). Com a assistência da ONU, o país pôde participar no 9º Fórum Mundial da Água em Março de 2022, onde o Ministro dos Recursos Naturais liderou a delegação em discussões sobre o reforço do envolvimento do governo para monitorizar o acesso à água e a funcionalidade das infra-estruturas sob o tema “Segurança da Água para a Paz e o Desenvolvimento”.

Ao longo de 2022, a UNICEF contribuiu significativamente para melhorar o acesso a água potável, saneamento e higiene para crianças e adolescentes em 36 comunidades-alvo na Guiné-Bissau. Como resultado, 1.626 alunos em cinco escolas beneficiaram de instalações WASH melhoradas, e as melhorias em curso em 10 instalações de saúde chegarão a 106.700 pessoas. O programa também criou espaços seguros e inclusivos, melhorando assim o bem-estar das crianças em comunidades de difícil acesso. Nas

zonas rurais, o programa WASH introduziu a promoção da vacinação juntamente com abordagens de Saneamento Total Liderado pela Comunidade (CLTS) em 104 comunidades em seis regiões, que estão em vias de acabar com a defecação ao ar livre. As intervenções apoiadas pela UNICEF, incluindo a construção de 191 latrinas básicas, levaram 104 comunidades a ficarem livres da defecação a céu aberto, beneficiando 20.936 pessoas.



Apesar dos desafios de mobilização de recursos financeiros e técnicos, a UNICEF fez progressos significativos no reforço da capacidade do governo na monitorização do sector e gestão de dados usando ferramentas e plataformas digitais. Técnicos do Ministério dos Recursos Naturais, Ministério da Saúde e Ministério da Educação receberam formação em recolha, gestão e análise de dados.

Este esforço alinha-se com o compromisso da UNICEF em melhorar a disponibilidade de dados e informações para apoiar o planeamento e a tomada de decisões com base em evidências. A UNICEF apoiou igualmente a produção do conjunto de dados sobre instalações e infraestruturas de saúde

que constituiu a base para o estabelecimento e a adopção do Mapa Nacional de Saúde pelo Ministério da Saúde.

O trabalho da ONU no sector da Água, Higiene e Saneamento é promissor, uma vez que o País continua a dar passos largos no sentido de alcançar um saneamento e higiene universais e equitativos para todos, em conformidade com as metas do ODS 6. O desempenho da Guiné-Bissau na redução da defecação ao ar livre de 18% em 2014 para 10,7% em 2019 incentivou o Governo a solicitar o apoio da ONU no desenvolvimento de um Plano Nacional Custeado para Acabar com a Defecação ao Ar Livre até 2030 e, conseqüentemente, aumentar o acesso ao saneamento básico e à higiene.

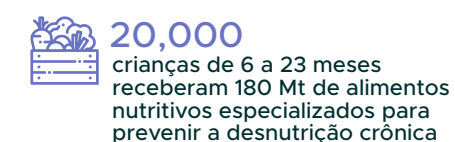
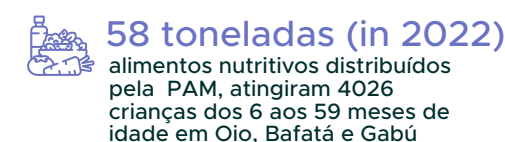
PRODUTO 3.5

As instituições nacionais têm a capacidade técnica para planear, prestar serviços, monitorizar e avaliar a implementação de intervenções a nível central, regional e das instalações para garantir a segurança alimentar e reduzir a desnutrição aguda e crónica entre crianças com menos de cinco anos, adolescentes, pessoas com deficiência e mulheres nas áreas mais afectadas, incluindo em situações de emergência.

Em 2022, o PAM distribuiu 58 toneladas de alimentos nutritivos especializados e ajudou 4.026 crianças dos 6 aos 59 meses de idade em Oio, Bafatá e Gabú. Das crianças que completaram o tratamento da desnutrição aguda moderada (MAM), 92% tiveram uma recuperação total. De Setembro a Novembro, correspondendo a uma grande parte da época de escassez, foram distribuídas 180 toneladas métricas de alimentos nutritivos especializados a 20.000 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 23 meses, a fim de prevenir a desnutrição crónica nas regiões acima mencionadas. Prevê-se que esta cobertura aumente com a entrada de financiamento do Governo espanhol em 2023.

Em 2022, o PAM retomou o apoio às PVVIH, tendo distribuído alimentos nutritivos especializados a 960 beneficiários. A partir de 2023, o PAM pretende aumentar o apoio disponível para as pessoas que vivem com o VIH/SIDA (PVVIH) através da prestação de assistência pecuniária.

Em 2022, o PAM continuou a combater a malnutrição, duplicando o número planeado de beneficiários que recebem tratamento para a malnutrição aguda moderada. Em comparação com 2021, o PAM alcançou um aumento de 28,6% nos beneficiários. O PAM também excedeu em 11% a sua cobertura de programas de prevenção do raquitismo durante a estação magra nas regiões visadas.




O inquérito de acompanhamento pós-distribuição realizado em Dezembro de 2022 mostrou que 16,8% das crianças assistidas (MAM e atraso de crescimento) alcançaram uma dieta mínima aceitável, um aumento de 7,4% em relação ao ano passado. Além disso, a proporção de mulheres de 15 a 49 anos que alcançaram a diversidade alimentar mínima aumentou 3% em relação ao ano anterior, subindo para 32%.

O estudo Fill Nutrient Gap foi concluído e os resultados foram partilhados com todos os parceiros que intervêm na segurança alimentar e na nutrição. O estudo identifica os grupos mais vulneráveis e informa as políticas e decisões que visam os mais desfavorecidos. Este estudo contribuiu positivamente para a concepção e planeamento das intervenções no novo Plano Estratégico Nacional que será implementado pelo Governo em 2023.

O PAM e a UNICEF forneceram ainda material e apoio técnico para a continuidade dos serviços (detecção precoce e tratamento da malnutrição aguda grave - SAM) nos 52 Centros de Recuperação Nutricional actualmente activos no país. Foram admitidas para tratamento 1.899 crianças, das quais 1.105 foram novas admissões. O desempenho do programa de Gestão Integrada

da Malnutrição Aguda Grave demonstrou que: 891 crianças (79,1%) foram curadas; 176 crianças (15,6%) faltosas; 55 (4,9%) crianças faleceram e as crianças que não responderam ao tratamento foram 4 (0,4%).

Após três anos de cobertura incompleta, o apoio da UNICEF permitiu à Guiné-Bissau implementar duas rondas de suplementação de vitamina A e desparasitação com resultados satisfatórios para 244.445 crianças das 319.445 (76%) que receberam suplemento de vitamina A duas vezes.

 **319,445 (76%)**
crianças receberam um suplemento de vitamina A duas vezes

A percentagem de crianças dos 0 aos 5 meses alimentadas exclusivamente com leite materno, as crianças dos 6 aos 23 meses que recebem um número mínimo de grupos de alimentos e os distritos que implementam o pacote mínimo para prevenir o atraso de crescimento das crianças permanecem inalterados em 59%, 13% e 46%, respectivamente.

PRODUTO 3.6

 **Os sistemas nacionais reforçaram a capacidade de desenvolvimento de políticas e de implementação de intervenções para promover a protecção das crianças, a igualdade e a diversidade dos géneros e prevenir práticas prejudiciais.**

Em 2022, com o apoio da UNICEF, o Ministério da Mulher, da Família e da Solidariedade Social (MMFSS) da Guiné-Bissau trabalhou na criação de um sistema de protecção da criança (PC) para resolver os problemas de protecção que as crianças enfrentam. A UNICEF organizou sessões de advocacia com o MMFSS, parlamentares, funcionários dos serviços sociais (SSWF) e outras partes interessadas importantes para desenvolver um mecanismo nacional de referência e gestão de casos.

Apesar dos desafios, registaram-se progressos na identificação e comunicação de casos de PC e na resposta a todas as formas de violência, abuso, negligência e exploração de crianças. A UNICEF também apoiou o Instituto da Mulher e da Criança (IMC) para melhorar a capacidade de 29 partes interessadas em PC de três regiões na notificação de incidentes utilizando ferramentas digitais.

O Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) prestou ainda apoio ao Ministério da Justiça (MJ) e aos Direitos Humanos para reforçar a capacidade do pessoal do sistema judicial, das forças policiais e dos técnicos do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde e dos assistentes sociais relativamente ao quadro jurídico para a protecção da criança, aos cuidados sensíveis à criança e ao apoio às crianças que necessitam de protecção.

Foram reforçadas as capacidades de 55 actores (21 mulheres e 24 homens). O ACNUDH também apoiou o MMFSS no reforço e melhoria da prestação de serviços de protecção nos centros de acolhimento através da capacitação em técnicas socioeducativas e apoio psicossocial às crianças vítimas de 48 pessoas (20

mulheres e 28 homens) e forneceu equipamento e materiais essenciais para três centros de acolhimento localizados em Bissau e regiões.

A advocacia e o apoio técnico da UNICEF permitiram a intensificação dos esforços de prevenção da violência, especialmente da violência sexual, e o apoio a pontos de serviço para chegar às crianças afectadas pela violência sexual. A maioria dos serviços é gerida por organizações não governamentais (ONG) que colaboram com estruturas estatais de PC, principalmente nos sectores da Saúde e da Justiça. Em 2022, 674 crianças (574 raparigas e 100 rapazes) que sofreram violência, abuso e exploração foram atendidas pelos serviços de PC.

Os casos de violência sexual (175) foram amplamente divulgados pelas organizações de direitos humanos e de direitos da criança e pelos meios de comunicação social locais.



674 (em 2022)
crianças (574 meninas e 100 meninos) que sofreram violência, abuso e exploração foram atendidas pelos serviços de PC



175
casos de violência sexual foram amplamente divulgados



Foi reforçada a capacidade de 537 professores e funcionários escolares para lidarem com a violência baseada no género nas escolas. O Ministério da Educação colaborou com o MMFSS, a Polícia Judiciária e as OSC para aumentar a sensibilização para o assédio sexual nas escolas.

Em 2022, a UNICEF e o FNUAP trabalharam em conjunto com os principais parceiros de implementação para rever indicadores, prioridades e estratégias-chave para implementar a nova fase IV do Programa Conjunto (PC) da Mutilação Genital Feminina (MGF), o programa mais extenso do país que aborda a MGF. Foram revistas as declarações públicas para acabar com a MGF e as estratégias para trabalhar com as famílias e adolescentes, e foram revistas e aprovadas as ferramentas de orientação para reforçar os diálogos sobre direitos humanos. No total, 35.667 pessoas de 108 comunidades participaram em 1.189 diálogos sobre direitos humanos para acabar com a MGF e o casamento infantil. Foram reforçados os mecanismos de vigilância comunitária em 42 comunidades para prevenir a violência.

Para além disso, em parceria com o Instituto da Mulher e da Criança (IMC), a parceria FNUAP-UNICEF criou quatro estruturas de clubes de homens que apoiam a saúde sexual e reprodutiva e o abandono da MGF em três regiões. Um total de 90 membros (62 homens e 28 mulheres) receberam formação que aumentou o seu conhecimento e empenho em participar em actividades de sensibilização da comunidade para a mudança de normas de género para a eliminação de práticas nocivas, especialmente a MGF.

O programa conjunto FNUAP-UNICEF de combate à MGF, em parceria com o Ministério da Educação Nacional, através do Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação (INDE), apoiou a produção do manual de referência de competências (programa) de Educação Básica para a Cidadania e Ciências da Vida do 3º Ciclo (7º, 8º e 9º ano), no âmbito da reforma curricular do Ministério da Educação.

Foram reforçadas as capacidades técnicas de 33 professores do ensino básico e de 11 inspectores em Saúde Sexual e Reprodutiva e no programa de Educação Sexual Integral para trabalhar em ambiente escolar e extra-escolar. Os manuais dos professores foram revistos e a versão final está a ser implementada. Os direitos sexuais e reprodutivos estão integrados e disponíveis no currículo escolar e nas actividades extracurriculares.

RECOMENDAÇÕES RELEVANTES DA UPR

- Ao trabalhar com os parceiros nacionais para alcançar estes resultados, as Nações Unidas apoiaram os esforços da Guiné-Bissau para cumprir as suas obrigações em matéria de direitos humanos e para implementar vários compromissos que assumiu no contexto da sua terceira revisão pelo Conselho dos Direitos Humanos (2020), incluindo:
 - Prosseguir os seus esforços para **formular uma estratégia de protecção social** como um bom meio de eliminar a pobreza no país e de medir os progressos realizados na consecução dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (rec. 119.96)
 - Prosseguir os seus esforços para **aumentar a disponibilidade de água potável segura e de instalações sanitárias adequadas nas zonas rurais** (119.104)
- Continuar a aplicar medidas eficazes de **luta contra a malnutrição**, com vista a reduzir a principal causa de mortalidade e morbilidade infantil (rec. 119.105)
- Prosseguir as suas medidas para **reduzir as taxas de mortalidade infantil e materna**, melhorando a capacidade do pessoal médico e proporcionando mais e melhores instalações nos serviços de saúde (cons. 119.116)
- Reforçar as reformas e o investimento no sector da educação, com vista a **introduzir uma educação inclusiva** (cons. 119.128)
- Adoptar medidas específicas para **aumentar a denúncia de todas as formas de violência e abuso contra mulheres e raparigas**, nomeadamente através do desenvolvimento de campanhas educativas, de formação reforçada para a polícia e o sistema judicial e da prestação de serviços de apoio às sobreviventes (rec. 119.155)

Na vanguarda: A Revisão Nacional Voluntária (RNV) da Agenda 2030

Em 2022, a Equipa de País das Nações Unidas, sob a liderança do RC e do RCO, e usando a sua autoridade de convocação, coordenação e facilitação, forneceu orientação técnica e apoio financeiro ao governo da Guiné-Bissau e às organizações da sociedade civil para realizar a primeira Revisão Nacional Voluntária (RNV) dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) do país. O Governo da Guiné-Bissau conduziu o processo de auto-avaliação para determinar o estado das realizações dos ODS, os desafios e o caminho a seguir para alcançar os ODS e promoveu a integração do género, dos direitos humanos e a inclusão de grupos vulneráveis e dos mais atrasados.

O processo de RNV na Guiné-Bissau foi conduzido de forma aberta, participativa e inclusiva, com amplas consultas regionais realizadas nas nove regiões em Março de 2022. O principal objectivo era garantir que a revisão reflectisse as vozes, preocupações, prioridades e sugestões dos detentores de direitos. As partes interessadas, incluindo representantes de grupos deixados para trás, participaram no processo. O Governo apresentou o seu relatório de auto-avaliação no Fórum Político de Alto Nível (HLPF), transmitido em directo a partir de um evento em Bissau, que também contou com um painel de discussão. No HLPF, foi lida uma declaração

de um representante da sociedade civil.

O processo da RNV permitiu à Guiné-Bissau fazer um balanço das suas actuais políticas de desenvolvimento em relação à concretização dos ODS e identificar o que é necessário para enfrentar os desafios futuros. Lançou as bases para que o governo, os cidadãos, as empresas, os parceiros, as Nações Unidas e outros se responsabilizem mutuamente.

O processo resultou em recomendações tangíveis, incluindo o reforço do sistema nacional de recolha e desagregação de dados, a melhoria da eficácia das estruturas nacionais e regionais para coordenar o desenvolvimento sustentável e garantir que sejam mais inclusivas, e a melhoria do financiamento do desenvolvimento através de um Quadro Integrado de Financiamento Nacional.

O processo da RNV também aumentou a sensibilização para as fortes ligações entre os esforços de implementação da Agenda 2030 e a situação dos direitos humanos no país. Com base no relatório da RNV, a ONU está a apoiar a elaboração de vários relatórios sobre direitos humanos, incluindo a primeira apresentação do país ao Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais. As consultas da Guiné-Bissau foram apresentadas numa publicação conjunta do ACNUDH/PNUD sobre “Direitos Humanos e Revisões Nacionais Voluntárias”.

Em termos gerais, o processo da RNV na Guiné-Bissau foi um exemplo bem-sucedido de como um processo de auto-avaliação inclusivo pode aumentar a sensibilização para as ligações entre os ODS e os direitos humanos e promover a responsabilização e recomendações tangíveis de políticas de desenvolvimento para alcançar os ODS.

2.3. Apoio às parcerias e financiamento da Agenda 2030

Em 2022, uma realização significativa foi a criação do Quadro de Coordenação dos Parceiros de Desenvolvimento (DPCF), que visa promover a implementação do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) e das políticas sectoriais conexas. O quadro tem três componentes que se complementam mutuamente: o Comité de Orientação Política, o Comité Técnico e o Secretariado. O principal objectivo do DPCF é promover um diálogo e uma cooperação eficazes entre os parceiros de desenvolvimento, as partes interessadas e o Governo da Guiné-Bissau para assegurar intervenções de desenvolvimento coordenadas e coerentes. Ao promover a responsabilização mútua, o DPCF pretende facilitar a realização das prioridades do Plano Nacional de Desenvolvimento e dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

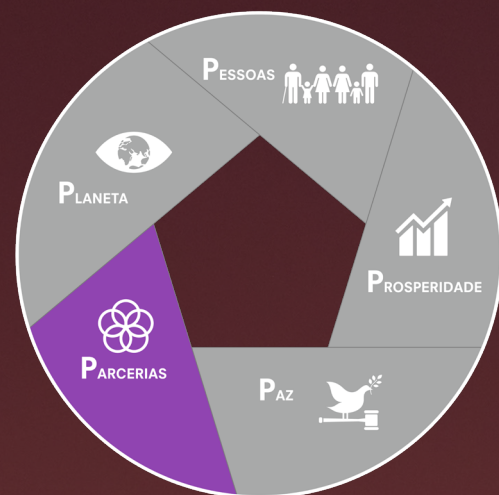
A necessidade e importância da coordenação dos parceiros de desenvolvimento manifestou-se significativamente na área de saúde. Embora algumas campanhas de saúde pública tenham sido adiadas devido à falta de pagamento dos salários em atraso dos profissionais de saúde, foram identificados parceiros viáveis e equipados para acelerar a execução. A mobilização comunitária para o saneamento foi combinada com a promoção da vacinação, levando à detecção de várias crianças que não tinham cartões de vacinação. Os pais e os prestadores de cuidados receberam informações sobre a disponibilidade de vacinas e o calendário de vacinação da sua área para incentivar a

vacinação. A OMS e a UNICEF conseguiram ainda mobilizar recursos do Banco Mundial para comprar vacinas que estavam em falta (Bacilo Calmette Guerin/BCG, a vacina oral contra a poliomielite (bOPV) e a vacina contra o tétano).

As parcerias foram fundamentais para reforçar as capacidades de liderança e de coordenação do Ministério da Saúde. A retoma das parcerias com as ONG AIFO e AMI melhorou a execução das actividades de saúde comunitária e contribuiu para o reforço das capacidades a nível regional em matéria de gestão dos recursos. Os pagamentos com dinheiro móvel directamente aos profissionais de saúde ajudaram a eliminar os estrangulamentos e as ineficiências administrativas: uma estratégia eficaz de gestão dos riscos que deve ser prosseguida. As agências das Nações Unidas prestaram apoio técnico e financeiro ao Ministério da Saúde Pública na finalização da lista de medicamentos essenciais a adquirir no âmbito da iniciativa de aquisição agrupada dos PEID.

A OMS também aumentou a sua capacidade de pressão para fazer face a situações de emergência, integrando simultaneamente o reforço do sistema de saúde em todas as intervenções, demonstrando a importância do governo e dos parceiros no reforço da cobertura da vacinação contra a COVID-19.

Uma abordagem integrada optimizou os recursos e permitiu uma melhor coordenação



das acções com custos menores. O reforço das parcerias, o apoio técnico e a coordenação a todos os níveis também apoiaram a aplicação de várias estratégias. As parcerias também foram essenciais para a formação de professores e inspectores na nova abordagem introduzida no currículo do programa de Educação Sexual Integral e para o desenvolvimento da Política e Estratégia Nacional de Protecção Social. No entanto, é crucial continuar a aumentar o nível de envolvimento aos mais altos níveis governamentais e de parcerias eficazes para desenvolver um sistema de protecção social viável.

De um modo geral, as parcerias alargadas com organizações da sociedade civil e outras partes interessadas foram fundamentais para a obtenção dos resultados comunicados. A operacionalização do Laboratório Nacional de Solos foi reforçada graças a parcerias com a Faculdade de Ciências de Lisboa e o Instituto Superior de Agronomia de Lisboa,

demonstrando os benefícios da colaboração na consecução de objectivos comuns.

Foram reforçadas as abordagens multisectoriais e integradas de luta contra o tráfico de droga e a criminalidade organizada transnacional (CDTOC), através da criação de mecanismos de coordenação e de acompanhamento do Plano Nacional Integrado de Luta contra a Droga, a Criminalidade Organizada e a Redução dos Riscos (PNI 2020-2026 Guiné-Bissau). A sociedade civil continuou a desempenhar um papel crucial nas questões relacionadas com a CDTOC. A cooperação Sul-Sul, bilateral, regional e continental foi reforçada para atingir a meta 16.9 dos ODS (Identidade legal para todos). A missão conjunta MJ/MINSAP/INE à 6ª conferência de ministros do Registo Civil e Estatísticas Vitais (CRVS)/intercâmbio de experiências Sul/Sul resultou num maior empenho em intervenções coordenadas e na tomada de decisões para a implementação de abordagens inovadoras.

2.4. Coerência, eficácia e eficiência da ONU

Para apoiar a execução, o acompanhamento, a aprendizagem e a apresentação de relatórios sobre os resultados do UNSDCF, foi criada e aprovada pela UNCT uma estrutura de governação sólida, composta por três grupos de resultados que lideram a execução, uma equipa de gestão do programa, um grupo de financiamento da parceria e do desenvolvimento, um grupo de comunicação e um grupo de acompanhamento, avaliação e aprendizagem que trabalha com os grupos de resultados para criar sinergias entre os programas, fomentar parcerias inovadoras, informar e divulgar informações de forma coerente e eficaz, fornecer orientações estratégicas fundamentais, promover a coerência e a programação conjunta e apoiar a formulação de iniciativas inovadoras e transformadoras, e garantir que os grupos de resultados respeitem os compromissos assumidos no âmbito do UNSDCF e os programas que dele emanam.

A capacidade do pessoal destes grupos para assegurar a aplicação dos princípios orientadores do UNSDCF sobre a abordagem baseada nos direitos humanos, a igualdade entre os sexos e o empoderamento das mulheres e o princípio “não deixar ninguém para trás” foi reforçada na sequência de um seminário de formação ministrado pela unidade de direitos humanos do RCO, com o apoio técnico e financeiro do Alto Comissariado para os Direitos Humanos.

A estrutura de governação robusta conduziu a uma maior colaboração e coerência da implementação do programa no sistema das Nações Unidas na Guiné-Bissau. Este facto é

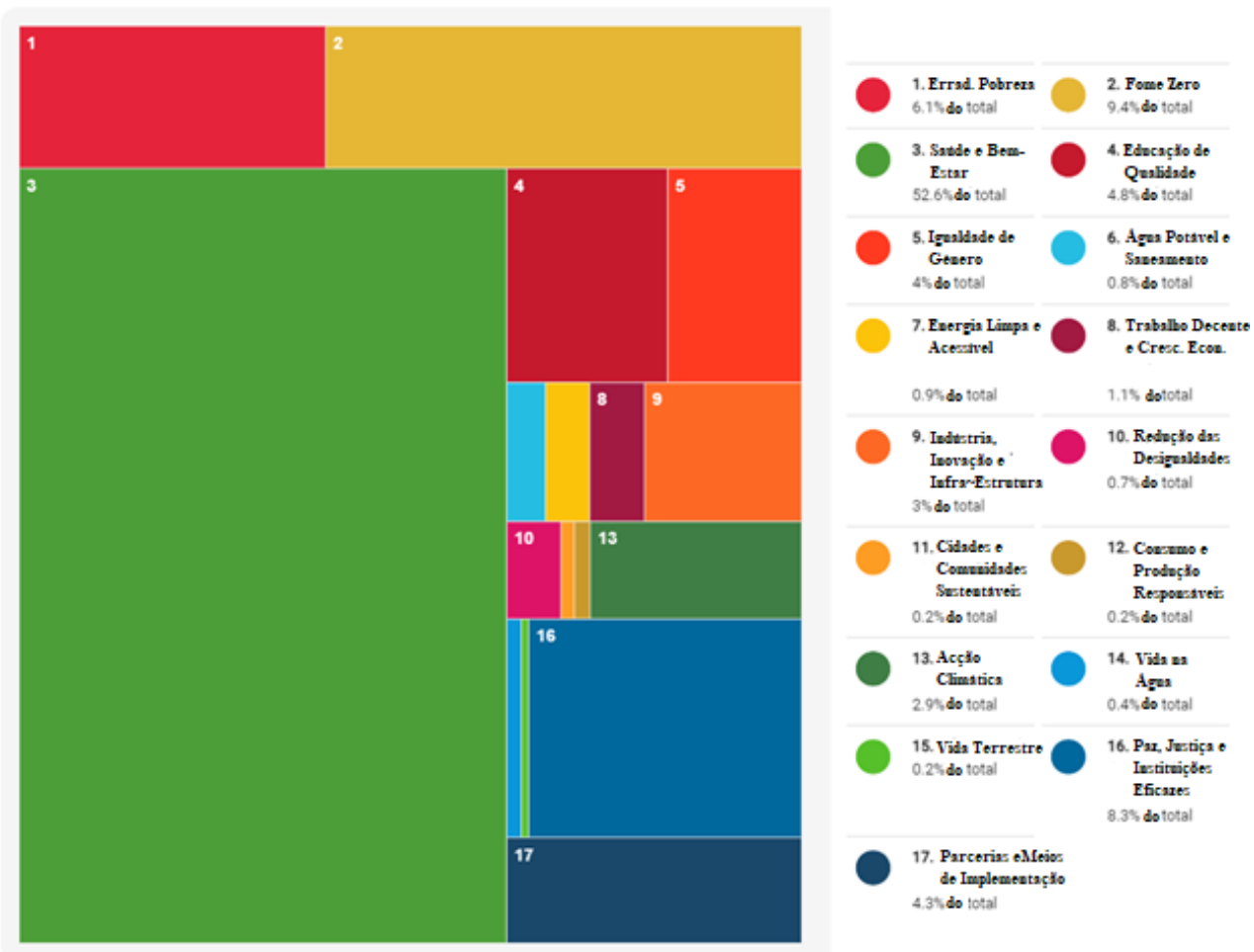
evidenciado pela dimensão dos programas conjuntos. Em 2022, os projetos conjuntos, com acordos formais com duas ou mais entidades do UNCT totalizam mais de \$US 18 milhões, incluindo fundos activos da ONU, como o PBF e os Fundo ODS, que estão ambos sob a liderança, supervisão e orientação estratégica do Coordenador Residente da ONU.

Além disso, e em conformidade com o programa de eficiência do Secretário-Geral das Nações Unidas no âmbito da reforma das Nações Unidas, as agências das Nações Unidas na Guiné-Bissau estão a realizar conjuntamente vários serviços comuns. As agências co-localizadas no Edifício das Nações Unidas participam em serviços comuns como a cafetaria, a manutenção do gerador, a jardinagem, a manutenção do elevador, a Clínica das Nações Unidas, o fornecimento de electricidade e o fornecimento de segurança, entre outros. Além disso, a Equipa de Gestão de Operações desempenha um papel vital na racionalização, harmonização e aconselhamento operacional para melhorar quase todos os aspectos das operações, incluindo a execução dos nossos programas de apoio à Guiné-Bissau.

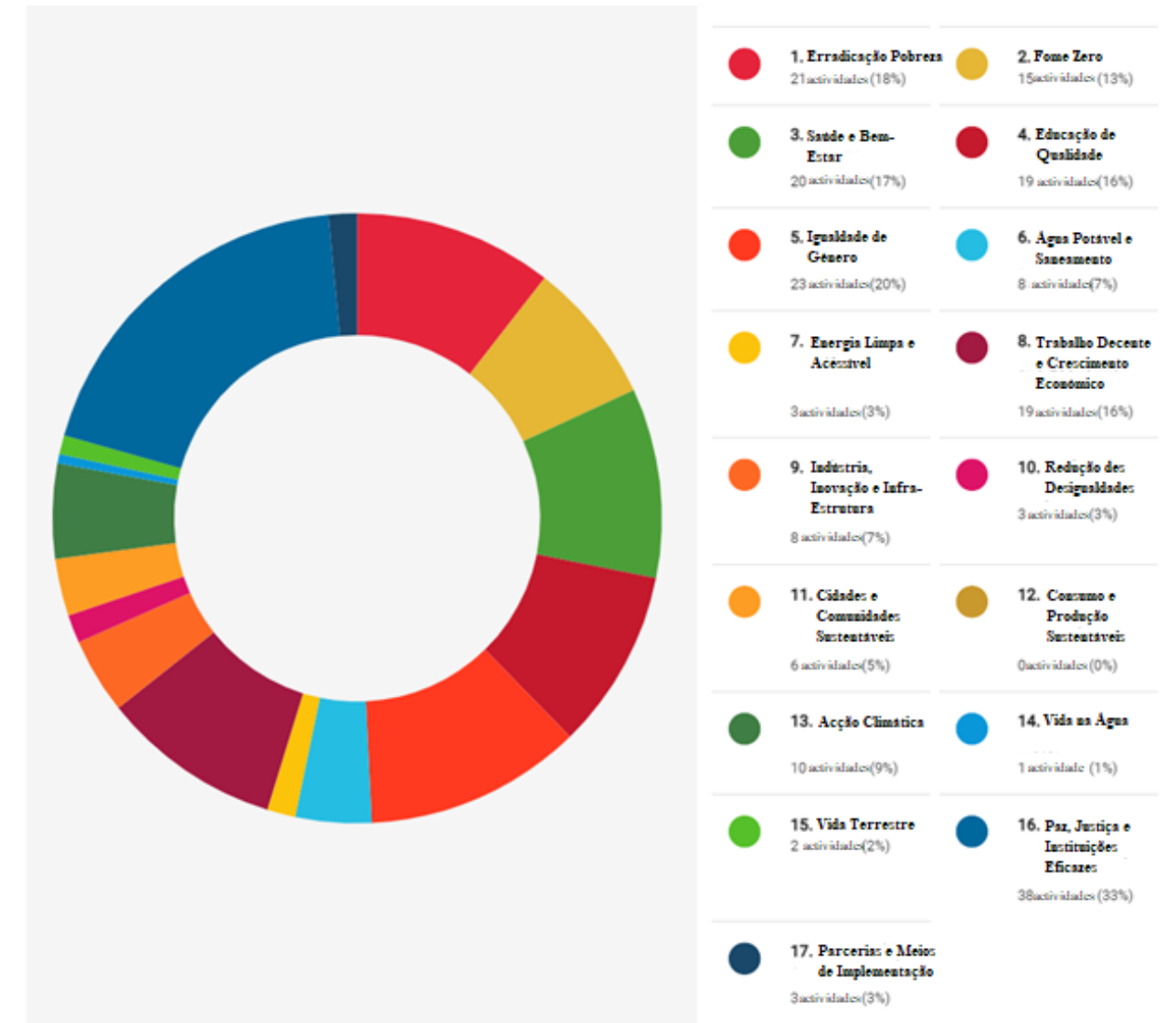
Panorama financeiro

Em 2022, o orçamento total necessário era de \$US 103 milhões. A UNCT conseguiu mobilizar \$US 91 milhões, o que representa uma cobertura forte de 90%. As despesas totalizaram \$US 48 milhões.

Recursos disponíveis por ODS



Acompanhamento do progresso das actividades da ONU



CAPÍTULO 03 PRINCIPAIS OBJECTIVOS DA UNCT PARA O PRÓXIMO ANO

À medida que embarcamos na implementação do Quadro de Cooperação da ONU para 2023, mantemo-nos firmes no nosso compromisso de aproveitar os sucessos do ano anterior. O nosso objectivo para 2023 é consolidar os ganhos obtidos com a aceleração dos ODS.

O UNSDCF estabelece as nossas prioridades estratégicas, orientando os nossos esforços para o desenvolvimento sustentável. Os riscos e as oportunidades identificados na actualização da Análise Comum por País serão tidos em conta no planeamento e na execução

dos programas para o ano.

A UNCT delineou algumas prioridades-chave para 2023 que ajudarão a alcançar o desenvolvimento sustentável e a promover a boa governação no País. Estas prioridades exigirão uma colaboração estreita com o Governo e outros parceiros para garantir que as intervenções estejam alinhadas com as prioridades nacionais e que os recursos sejam mobilizados para financiar os ODS.

Em primeiro lugar, operacionalizar o Quadro de Coordenação dos Parceiros de Desenvolvimento (DPCF) de forma a apoiar uma liderança governamental eficaz em sectores-chave, incluindo a saúde, a educação, a agricultura e a governação económica. Isto implicará trabalhar em estreita colaboração com os parceiros para garantir que a sua assistência técnica se alinhe com as prioridades do Governo e reforce as instituições e sistemas governamentais para cumprir a Agenda 2030 e os compromissos de direitos humanos da Guiné-Bissau. Isto ajudará a melhorar a eficácia das intervenções dos parceiros e a promover o desenvolvimento sustentável na Guiné-Bissau.

Em segundo lugar, apoiar as próximas eleições no país. Tal implicará trabalhar com o Governo e outros parceiros para garantir que o processo eleitoral seja transparente, livre, inclusivo e justo. A ONU prestará assistência técnica e financeira às eleições legislativas a realizar em 4 de Junho de 2023. O apoio será alinhado com as recomendações da Missão de Avaliação das Necessidades Eleitorais da ONU (NAM), realizada de 29 de Junho a 8 de Julho de 2022.

Em terceiro lugar, reforçar as estatísticas e os sistemas de dados, incluindo o recenseamento

da população. Isto implicará trabalhar com o Governo para melhorar a recolha, análise e divulgação de dados. A ONU apoiará o Governo na realização do recenseamento nacional e no reforço da capacidade das instituições nacionais para recolher e utilizar dados para a elaboração de políticas baseadas em factos.

Em quarto lugar, reforçar o planeamento, a política e o financiamento integrados para os ODS. Para o efeito, será necessário colaborar com o Governo para aplicar as recomendações da Revisão Nacional Voluntária, incluindo o desenvolvimento, liderado pelo Governo, de um Quadro Integrado de Financiamento Nacional como estratégia holística para mobilizar todo o potencial do financiamento público e privado para alcançar a Agenda 2030 e os ODS.

Em quinto lugar, reforçar o apoio político integrado para a aceleração dos ODS. A ONU dará prioridade aos programas e iniciativas de aceleração que tenham maior impacto sinérgico e transformador na realização dos ODS na Guiné-Bissau. A ONU apoiará o Governo no desenvolvimento de estratégias sectoriais específicas para alcançar os ODS, incluindo a protecção social. Será dada prioridade a iniciativas transformadoras para dar conta da segurança alimentar, bem como ao reforço dos sistemas de saúde.

Por último, aumentar a mobilização de recursos. Isto implicará trabalhar com o Governo e outros parceiros para mobilizar recursos para a implementação dos ODS. A ONU apoiará o Governo na identificação de fontes de financiamento, no desenvolvimento de parcerias e na mobilização de investimentos do sector privado para financiar os ODS.